



PROJETO EDUCATIVO

2022/ 2025

**AGRUPAMENTO DE ESCOLAS
D. ANTÓNIO TAIPA - FREAMUNDE**

*“ENSINAR NÃO É TRANSFERIR CONHECIMENTO,
MAS CRIAR AS POSSIBILIDADES
PARA A SUA PRÓPRIA PRODUÇÃO OU A SUA CONSTRUÇÃO.”*

PAULO FREIRE

"A Escola é...

... o lugar que se faz amigos.

**Não se trata só de prédios, salas, quadros, Programas, horários, conceitos...
Escola é sobretudo, gente
Gente que trabalha, que estuda**

Que alegre, se conhece, se estima.

**O Diretor é gente,
O coordenador é gente, O professor é gente,
O aluno é gente,
Cada funcionário é gente.**

**E a escola será cada vez melhor
Na medida em que cada um se comporte
Como colega, amigo, irmão.
Nada de "ilha cercada de gente por todos os lados"
Nada de conviver com as pessoas e depois,
Descobrir que não tem amizade a ninguém.
Nada de ser como tijolo que forma a parede, Indiferente, frio, só.**

**Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
É também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem, É conviver, é se "amarrar nela"!**

**Ora é lógico...
Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,**

**Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo."**

Paulo Freire

1. INTRODUÇÃO	5
2. CARATERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO	6
2.1. REDE DO AGRUPAMENTO	7
2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	7
2.3. POPULAÇÃO (<i>in Carta Educativa</i>)	8
2.4. INDICADORES SOCIAIS	9
2.4.1. ESCOLARIZAÇÃO.....	9
2.4.2. DESEMPREGO	10
2.5. RECURSOS FÍSICOS	11
2.6. RECURSOS TECNOLÓGICOS	11
2.7 RECURSOS FINANCEIROS	11
2.7.1. FONTE DE FINANCIAMENTO 311	12
2.7.2. FONTE DE FINANCIAMENTO 513 e 541	13
2.7.3. FONTE DE FINANCIAMENTO 443	14
2.8. POPULAÇÃO ESCOLAR.....	15
2.8.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	15
2.8.2. RECURSOS HUMANOS	16
2.8.2.1. DOCENTES	16
2.8.2.2. NÃO DOCENTES.....	17
2.8.3. DISCENTES	18
2.8.3.1. RELAÇÕES ESTATÍSTICAS	18
2.8.3.2. INDICADORES SOCIAIS – AÇÃO SOCIAL ESCOLAR.....	19
2.8.3.3. SITUAÇÃO SOCIOECONÓMICA DAS FAMÍLIAS	22
2.9. SERVIÇOS DE APOIO/ ESTRUTURAS	22
I) BIBLIOTECA ESCOLAR.....	22
II) APOIO TUTORIAL ESPECÍFICO	23
III) CENTRO DE APOIO À APRENDIZAGEM	23
IV) EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DE APOIO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA	24
V) SERVIÇO DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO	25

VI) EQUIPA DE AUTOAVALIAÇÃO	25
2.10. ASSOCIAÇÕES DE PAIS	26
2.11. ESCOLA A TEMPO INTEIRO	26
3. LINHAS ORIENTADORAS DO PROJETO EDUCATIVO	27
3.1. DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA DO AGRUPAMENTO	27
3.2. PLANEAMENTO DO PROJETO EDUCATIVO	28
3.3. MISSÃO.....	29
3.4. VISÃO ESTRATÉGICA.....	30
3.5. ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS	30
3.5.1. OBJETIVOS.....	30
3.5.2. ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA.....	31
3.5.3. FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO EM SAÚDE, BEM ESTAR E AMBIENTE.....	33
3.5.4. INCLUSÃO, EQUIDADE E FLEXIBILIDADE.....	34
3.5.4.1. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA OPERACIONALIZAÇÃO DA GESTÃO FLEXÍVEL E INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS	42
3.6. OBJETIVOS OPERACIONAIS: METAS, AÇÃO E INDICADORES	52
4. OUTRAS AÇÕES A DESENVOLVER.....	52
4.1. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES	52
5. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO.....	55
6. DIVULGAÇÃO	56
7. ANEXOS	57
7.1. CRITÉRIOS DE CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS/TURMAS	57
7.2. IDENTIFICAÇÃO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	59
7.3. MATRIZES CURRICULARES	60
8. BIBLIOGRAFIA	69

1. INTRODUÇÃO

“A autonomia da escola caracteriza-se na elaboração de um Projeto Educativo próprio, constituído e executado de forma participada, dentro dos princípios de responsabilização dos vários intervenientes na vida escolar e de adequação às características e recursos da escola e às solicitações e apoios da comunidade em que se inserem.”

Decreto-Lei n.º 43/89, de 3 de Fevereiro, Introdução.

De acordo com o Decreto-Lei n.º 137/2012, que republica o Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, no seu artigo 9.º, número 1, alínea a), entende-se o Projeto Educativo como “o documento que consagra a orientação educativa do agrupamento de escolas ou da escola não agrupada, elaborado e aprovado pelos seus órgãos de administração e gestão para um horizonte de três anos, no qual se explicitam os princípios, os valores, as metas e as estratégias segundo os quais a escola se propõe cumprir a sua função educativa.”

A educação compreende todas as influências que se podem, efetivamente, exercer no indivíduo e abrange, ao longo da sua vida, quer a sua formação intelectual e profissional, quer a sua formação social e ética.

Como documento agregador das necessidades, estratégias e aspirações, o Projeto Educativo emerge da comunidade que serve, envolvendo todos os atores educativos e as instituições da comunidade local que possam ter um papel essencial como parceiros no trabalho de construção pessoal e social do aluno, pelo que se procurou que nele interviessem representantes de toda a comunidade educativa. Para este efeito recorreremos ao relatório da Comissão de Avaliação Interna, assim como dos resultados obtidos no inquérito de satisfação e de outros contributos/sugestões dos membros da comunidade.

Este documento afigura-se como instrumento orientador da definição estratégica do Agrupamento e regulador do perfil desejado para a comunidade educativa, enformando as indicações fornecidas pelos Planos de Turma e de Agrupamento, possibilitando uma efetiva coordenação pedagógica ao longo dos vários ciclos de escolaridade.

A sua concretização e exequibilidade requerem atitudes de colaboração, de cooperação e de compromisso como alicerces de uma cultura de responsabilidade partilhada por toda a comunidade educativa.

Os últimos anos têm demonstrado o sucesso da concretização dos objetivos definidos no Projeto Educativo anteriormente vigente, nomeadamente:

- os resultados escolares da avaliação interna dos alunos das escolas do Agrupamento;
- cumprimento dos programas escolares, encorajando as permutas entre docentes do mesmo grupo disciplinar e/ou do Conselho de Turma para colmatar eventuais faltas de professores;
- a redução da diferença entre resultados da avaliação interna e externa, e nalguns casos, a superação dos resultados a nível nacional;
- redução da falta de assiduidade e quase erradicação do abandono escolar;
- aumento do número de parcerias com instituições e entidades locais;
- qualidade da participação em projetos de âmbito local e nacional (Parlamento dos Jovens, Eco-Escolas, Clube de Proteção Civil, Educação para a Saúde, Plano de Educação Municipal, entre outros);
- o reconhecimento pelos superiores hierárquicos da Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos (EBDMPV) como escola de referência do concelho de Paços de Ferreira no Projeto de Prevenção Rodoviária (parceria DREN/Governo Civil do Porto/Câmara Municipal de Paços de Ferreira);
- investimento na educação para a cidadania, sendo oferta de escola para o Ensino Básico a disciplina de Formação Cívica, mediante dinamização de ações de formação.
-

2. CARATERIZAÇÃO DO AGRUPAMENTO

Impõe-se, desde logo, como elemento transversal da ação e gestão educativas, a dimensão territorial e comunitária do Agrupamento de Escolas D. António Taipa, que integra realidades diversas e cerca de 2000 alunos.

2.1. REDE DO AGRUPAMENTO



2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Resultado da reorganização administrativa do território ocorrida em 2012, o concelho de Paços de Ferreira, que era constituído por 16 freguesias, passou a ser constituído por apenas 12: Carvalhosa, Ferreira, Frazão-Arreigada, Sanfins-Lamoso-Codessos, Paços de Ferreira, Figueiró, Freamunde, Eiriz, Meixomil, Penamaior, Raimonda e Seroa. O agrupamento tem como área de influência as freguesias de Freamunde, Raimonda e Figueiró em todos os níveis de ensino. No entanto, o agrupamento de escolas abrange também as freguesias de Eiriz e Sanfins-Lamoso-Codessos apenas no que ao Ensino Secundário diz respeito. O agrupamento tem sede em Freamunde freguesia do concelho

de Paços de Ferreira, situado no distrito do Porto, 25 km a nordeste da capital de distrito. Este concelho confronta-se a Norte e a Este com o concelho de Santo Tirso, a Sul com os de Valongo e Paredes e a Oeste com o de Lousada (mapas das figuras 1 e 2).



Figura 1: Localização de Paços de Ferreira.



Figura 2: Localização do Agrupamento

2.3. POPULAÇÃO (in Carta Educativa)

O concelho de Paços de Ferreira apresentava em 2011 uma densidade populacional de 793 habitantes/km². De acordo com os Censos de 2021, este valor cifra-se agora nos 783 habitantes/km². Com apenas 71 km², é o menos extenso dentre os 11 concelhos que integram a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, sendo, contudo, o que apresenta maior densidade populacional e o segundo em número de habitantes.

No que se refere à distribuição da população pelas freguesias, constata-se que a freguesia de Freamunde, é a que apresenta maior concentração populacional.

A população residente nas freguesias do agrupamento é de cerca de 20 251 habitantes, segundo dados dos censos de 2021, sendo a sua distribuição apresentada na tabela e gráfico da figura a seguir.

Freguesias	Ano de 2021
Figueiró	2 477
Freamunde	7 557
Raimonda	2 491
Sanfins, Lamoso, Codessos	5 545
Eiriz	2 181



Total **20 251**

Dados estatísticos relativos à distribuição da população pelas freguesias do agrupamento em 2021.

Comparando com o recenseamento anterior (2011) verificou-se um decréscimo na ordem dos 2,6 % na totalidade das três freguesias.

2.4. INDICADORES SOCIAIS

2.4.1. ESCOLARIZAÇÃO

Dados do INE, relativos aos últimos Censos (2021) apresentam a seguinte taxa de escolarização por níveis de ensino. Neste contexto, destaca-se a taxa de analfabetismo na ordem dos 3,7%



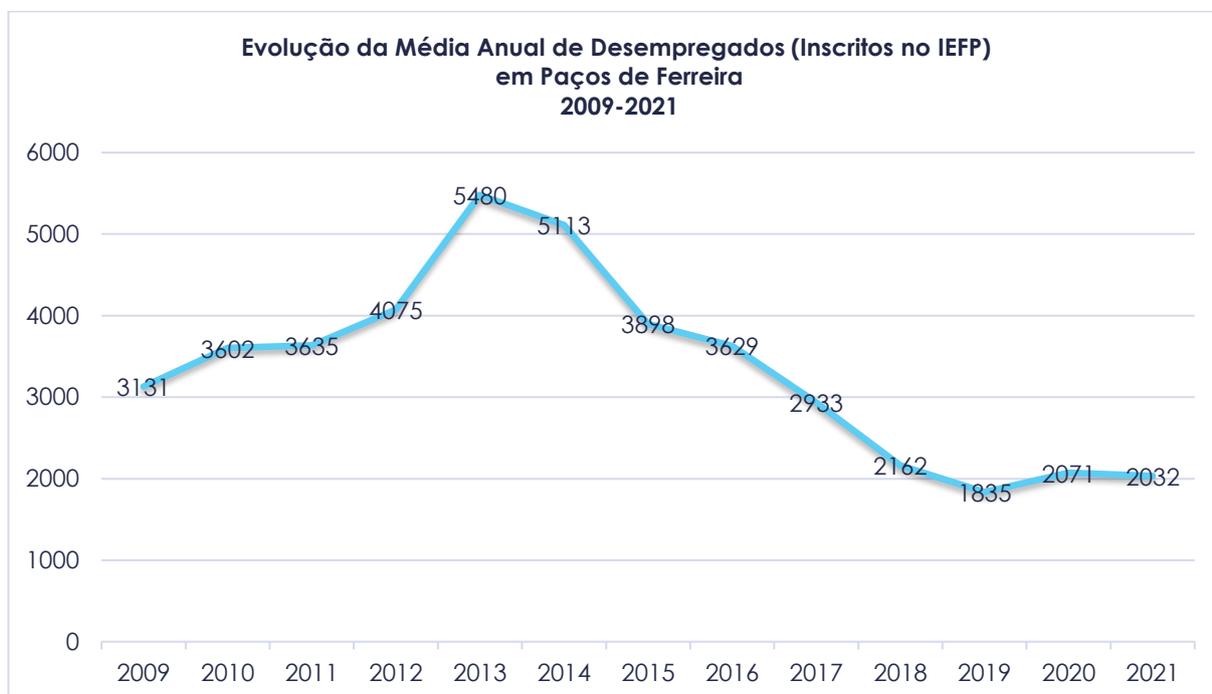
Nenhum Nível de Escolaridade	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Ensino Secundário e Pós-Secundário	Ensino Superior
13,2%	26,9%	17,2%	15,9%	17,6%	9,2%

2.4.2.DESEMPREGO

À semelhança do que tem vindo a acontecer no resto do país, a taxa de desemprego tem vindo a diminuir desde 2013, com exceção do ano 2020 devido à pandemia causada pelo coronavírus SARS- CoV- 2 (fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional - IEFP).

Evolução da Média Anual de Desempregados (Inscritos no IEFP)

Anos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Paços de Ferreira	3131	3602	3635	4075	5480	5113	3898	3629	2933	2162	1835	2071	2032



Fontes/ Entidades: IEFP/MTSSS-METD/PORDATA

2.5. RECURSOS FÍSICOS

O Agrupamento é constituído por cinco estabelecimentos de ensino, dispersos por três freguesias. A distribuição geográfica não regista uma grande dispersão das escolas do Agrupamento e nenhum estabelecimento da Educação Pré-escolar e 1.º ciclo dista mais do que 5 km à sede de Agrupamento.

Freguesia	Estabelecimento	Níveis de Ensino	Distância à Escola Sede
Freamunde	Escola Secundária D. António Taipa (Escola Sede)	3.º Ciclo/Secundário	---
Freamunde	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos	2.º/3.º Ciclos	---
Freamunde	Escola Básica de Freamunde	Pré-escolar/1.º Ciclo	---
Figueiró	Escola Básica de Figueiró	Pré-escolar/1.º Ciclo	3 km
Raimonda	Escola Básica de Raimonda	Pré-escolar/1.º Ciclo	5 km

2.6. RECURSOS TECNOLÓGICOS

O Agrupamento está equipado com material informático em todos os estabelecimentos, nomeadamente computadores, quadros interativos, projetores multimédia e impressoras.

2.7. RECURSOS FINANCEIROS

A lógica de integração e articulação que ambiciona dar coerência, eficácia e qualidade ao serviço público prestado permite e obriga a considerar o documento de “Evolução da Receita e da Despesa” no presente Projeto Educativo.

A evolução da receita e da despesa é um documento comparativo, suportado na sua análise, desde o ano económico de 2008.

A partir do mesmo, pretende-se precisar, medindo diferentes indicadores de gestão. O documento comporta um conjunto de elementos informativos derivados dos indicadores tratados. Pretende-se otimizar um conjunto de procedimentos que racionalizem a tomada de decisão. Em todas as situações as opções assumidas visam a qualidade das aprendizagens dos alunos em dimensões como:

- Melhoria dos resultados internos;
- Continuar com a melhoria dos resultados das provas de aferição interna;
- Melhoria das classificações externas: 9.º ano, 11.º ano e 12.º ano;
- Taxas médias de progressão dos alunos.

Incidência da responsabilidade da prestação de contas leva-nos a considerar valores financeiros e fórmulas interpretativas relacionadas com o custo por aluno, o que implica a consideração de custos com pessoal docente e não docente. Assim, o documento “Evolução da Receita e da Despesa”, valorizando a prestação de contas, cumpre detalhadamente o carácter informativo e operacional que nasce com a Conta de Gerência como instrumento de autonomia.

Em termos de contabilidade, o Agrupamento de Escolas D. António Taipa rege-se por cinco Fontes de Financiamento, Público, codificadas, designadamente, 311, 513, 541, 343 e 319.

De acordo com o decreto-lei 21/ 2019 de 30 de janeiro e desde abril de 2022 as verbas são provenientes do Orçamento Geral de Estado do Município de Paços de Ferreira e as geridas pela própria escola.

Dando cumprimento à referida legislação a Câmara Municipal, para além das verbas que já disponibilizava para o apoio no domínio da ASE, assumiu em protocolo celebrado com a escola:

- circuitos especiais – transportes;
- leite escolar;
- refeitórios.

Também as despesas inseridas nos blocos C e D foram assumidas pelo município, a saber:

- eletricidade, água, gás comunicações, material de higiene e limpeza e material de escritório.

2.7.1.FONTE DE FINANCIAMENTO 311

As verbas desta fonte de financiamento têm como origem a Câmara Municipal e o Orçamento de Estado, distribuídos no início de cada ano económico. Estas verbas podem ainda ser distribuídas por várias atividades, consoante o fim a que se destinam, tais como as atividades codificadas, designadamente, 190, 192 e 197.

- Atividade 190 e 191

Esta atividade recebe verbas anuais para o ensino pré-escolar, cujos valores são atribuídos consoante o número de alunos por sala.

- Atividade 192

No que diz respeito a esta atividade, as verbas recebidas surgem através de um orçamento atribuído por ano económico e está sempre sujeito a uma requisição mensal de duodécimos. Os valores atribuídos destinam-se a cumprir com despesas de carácter corrente como, por exemplo, eletricidade, gás, comunicações e reparações.

- Atividade 197

Esta atividade destina-se a financiar projetos apresentados pelas escolas e que foram selecionados pelo Ministério da Educação e Ciência. Estas verbas surgem como um reforço ao orçamento recebido pela atividade 192.

2.7.2.FONTE DE FINANCIAMENTO 513 e 541

Esta fonte de financiamento caracteriza-se por verbas de compensação e receitas próprias. Inseridas nesta fonte de financiamento encontram-se várias atividades consoante o destino atribuído a cada verba. Assim, este Agrupamento recebe verbas que são canalizadas para as atividades: 190, 191, 192 e 197.

- Atividade 190 e 191

Esta atividade recebe verbas atribuídas pela Câmara Municipal, a fim de suportar despesas inerentes ao funcionamento da Educação Pré-Escolar, tais como, apoio a visitas pedagógicas e atividades complementares.

- Atividade 191

As verbas destinadas ao funcionamento das escolas do 1.º Ciclo são da competência da Câmara Municipal. Assim, são transferidas verbas para

suportar despesas de carácter corrente, tais como, contratos de cópia e impressão, tinteiros e papel. Acrescem ainda verbas de apoio a visitas de estudo e atividades complementares. Esta atividade sobrevive exclusivamente dessas verbas, uma vez que os donativos não existem a este nível.

- Atividade 192

A nível da atividade 192 podemos encontrar verbas provenientes de várias fontes e que se aplicam no cumprimento de despesas da Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos e da Escola Secundária D. António Taipa. Assim, este Agrupamento arrecada receitas provenientes da venda de bens (lucro do bar), serviços (reprografia, cartões), verbas para conservação e manutenção através da Câmara Municipal e, muito esporadicamente, donativos de entidades e organismos privados.

- Atividade 197

Nesta atividade surgem verbas enviadas pela Direção Geral de Planeamento e Gestão Financeira, conforme indicação da DGEstE/DSRN, a fim de serem aplicadas no Desporto Escolar. Estas verbas destinam-se maioritariamente à participação nas viagens realizadas pelos alunos no âmbito do Desporto Escolar, bem como a atribuição de lanche (pão, sumo e água) após competição.

2.7.3.FONTE DE FINANCIAMENTO 443

A fonte de financiamento 443 destina-se exclusivamente a verbas recebidas do Fundo Social Europeu e no âmbito de projetos aprovados pelo POCH (Programa Operacional Capital Humano). As verbas recebidas são imputadas a despesas correntes inerentes a cada curso e a vencimentos de docentes que integram as turmas dos projetos aprovados.

Constituem objetivos estratégicos ao nível da dimensão financeira:

- Aumentar as receitas através do mecenato;
- Gestão documental do orçamento: rigor na elaboração e controlo permanente;
- Gerar receitas próprias;

- Reduzir as despesas a nível de consumíveis;
- Orçamentar verbas específicas para formação.

Os objetivos estratégicos concretizam-se através de processos de operacionalização associados aos indicadores de medida, resultantes dos seguintes documentos estratégicos:

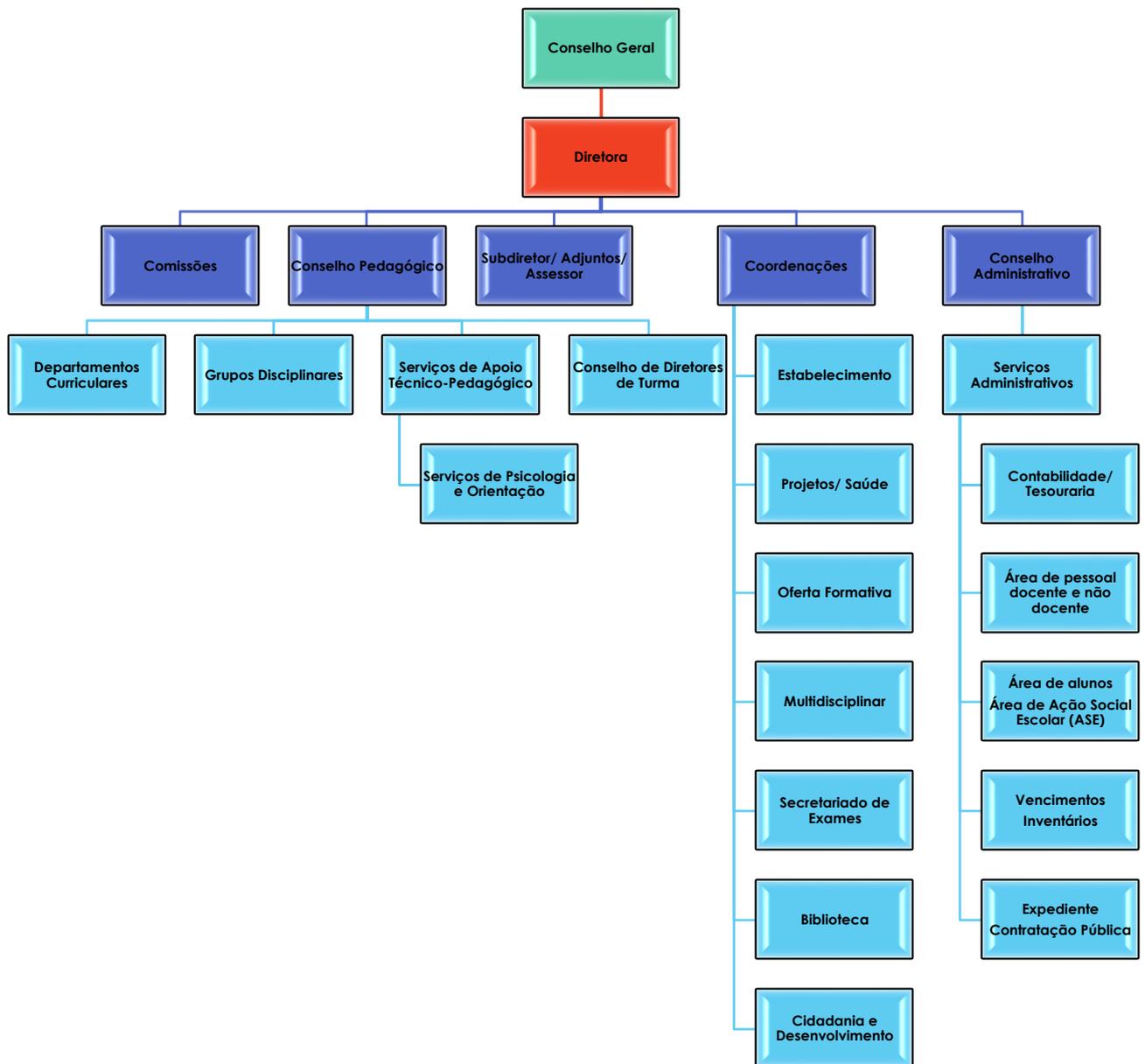
- Projeto Educativo do Agrupamento;
- Plano Anual de Atividades;
- Orçamentos de 2018 a 2021;
- Mapas das contas de gerência dos anos anteriores, sistematizados no Relatório Global da Evolução da Receita e da Despesa;
- Mapa do Financiamento da Dimensão Pedagógica do Agrupamento.

O objetivo central e permanente será o de controlar periodicamente a estrutura de custos e, sempre que sejam detetados desvios consideráveis, proceder à sua análise e tomar as medidas corretivas necessárias.

2.8. POPULAÇÃO ESCOLAR

2.8.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

De acordo com os normativos legais vigentes, a estrutura organizacional das diversas unidades funcionais do Agrupamento está representada no organigrama seguinte:



2.8.2. RECURSOS HUMANOS

2.8.2.1. Docentes

O corpo docente em exercício efetivo de funções no Agrupamento é composto por 175 docentes. Para além destes docentes, que suprem as necessidades de carácter permanente, existe ainda um pequeno grupo de professores contratados que satisfazem as necessidades temporárias.

Ciclo	Número de Docentes																						
	2019/2020							2020/2021							2021/2022								
	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	QA	QZP	Contratados	Total	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Outros	QA	QZP	Contratados	Total	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Outros	QA	QZP	Contratados	Total
Pré-escolar	8	5	-	12	1	-	13	8	4	-	-	11	1	-	12	7	7	-	-	13	1	-	14
1.º Ciclo	-	40	-	34	2	4	40	-	38	-	-	30	2	6	38	-	34	-	-	29	2	3	34
2.º Ciclo	-	27	8	27	3	5	35	-	31	8	-	25	5	9	39	-	26	6	-	26	4	2	32
3.º Ciclo/ Secundário	-	68	14	59	5	18	82	-	66	14	-	54	6	20	80	-	73	9	-	65	6	11	82
Ensino Especial	-	5	-	3	2	-	5	-	1	-	4	4	-	1	5	-	1	-	4	5	-	-	5
Total	8	151	22	135	13	27	175	8	140	22	4	124	14	36	174	7	141	15	4	138	13	16	167

2.8.2.2. Não Docentes

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	2019/ 2020			2020/2021			2021/2022		
	Total	Quadro	Não quadro	Total	Quadro	Não quadro	Total	Quadro	Não quadro
Assistentes Operacionais	50	50		62	62		62	62	
Assistentes Técnicos	10	10		10	10		10	10	

Habilitações literárias em:	2019/2020				2020/2021				2021/ 2022			
	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec
Assistentes Operacionais	7	9	18	16	8	10	25	19	8	10	25	19
Assistentes Técnicos	-	-	-	10	-	-	-	10	-	-	-	10

2.8.3. DISCENTES

2.8.3.1. Relações estatísticas

ANO DE ESCOLARIDADE	2019/2020				2020/2021				2021/2022			
	Matriculados	Progressões (%)	Retenções (%)		Matriculados	Progressões (%)	Retenções (%)		Matriculados		Retenções (%)	
			Insucesso	Abandono			Insucesso	Abandono			Insucesso	Abandono
Pré-Escolar	223				236				254			
1.º ano	82	100%	0	Abandono	94	100%	0	Abandono	110	100%	0	Abandono
2.º ano	90	100%	0		77	98,7%	1,3%		95	100%	0	
3.º ano	109	100%	0		87	100%	0		76	100%	0	
4.º ano	133	100%	0		110	100%	0		89	100%	0	
5.º ano	140	100%	0		133	100%	0		121	98,3%	1,7%	
6.º ano	161	98,8%	1,2%		139	100%	0		141	97,1%	2,9%	
7.º ano	159	98,7%	1,3%		159	99,4%	0,6%		143	97,9%	2,1%	
8.º ano	152	98,7%	1,3%		141	100%	0		158	100%	0	
9.º ano	177	99,4%	0,6%		153	98,7%	1,3%		138	99,3%	0,7%	
10.º ano	148	99,3%	0,7%		169	97%	3%		179	95%	5%	
11.º ano	143	99,3%	0,7%		120	100%	0		152	100%	0	
12.º ano	161	95,7%	4,3%		137	94,9%	5,1%		118	96,6%	3,4%	
TOTAIS	1878	99,1%	0,9%	0	1755	99,1%	0,9%	0,06%	1744	98,7%	1,3%	0,2%

Ensino Profissional – Número de Alunos			
Ano Letivo	19/20	20/21	21/22
10.º ano	50	38	46
11.º ano	41	35	34
12.º ano	53	34	35
TOTAIS	144	107	115

Relação de Alunos por Docente:									
	2019/2020			2020/2021			2021/2022		
Ciclo	Alunos	Professores	Rácio	Alunos	Professores	Rácio	Alunos	Professores	Rácio
Pré-Escolar	223	16	13.9	236	18	13.1	254	19	13.4
1.º Ciclo	414	33	12.6	368	34	10.8	370	32	11.6
2.º Ciclo	301	42	7.2	272	48	5.7	262	57	4.6
3.º Ciclo/Sec.	940	81	11.6	879	95	9.3	888	72	12.3

2.8.3.2. Indicadores Sociais - Ação Social Escolar

O estatuto socioeconómico das famílias tem sido considerado como um dos fatores que pode influenciar o sucesso e o percurso escolar dos alunos, constituindo um fator de diferenciação que afeta os resultados escolares, privando alguns de usufruírem dos benefícios de certos bens culturais. Um dos indicadores do estatuto socioeconómico das famílias corresponde ao número de alunos beneficiários dos apoios da Ação Social Escolar (ASE).

A ASE abrange um conjunto de apoios e complementos educativos aos alunos e às famílias mais carenciadas do ponto de vista socioeconómico, que visam contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolar, conforme está consignado na Lei de Bases do Sistema Educativo, designadamente pelo Decreto-Lei n.º 35/90, de 25 de janeiro.

As medidas de ASE aplicam-se às crianças da Educação Pré-Escolar e aos alunos do Ensino Básico e Secundário que frequentam o nosso Agrupamento.

Constituem modalidades de apoio, no âmbito da ASE, os apoios alimentares, como a distribuição diária e gratuita de leite e fruta às crianças do pré-escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico e o fornecimento de refeições; os transportes escolares; os auxílios económicos, nomeadamente os auxílios na aquisição de manuais e de material escolar e nas atividades de complemento curricular, a prevenção e o seguro escolar.

Os dados respeitantes aos alunos abrangidos pela ASE nos anos letivos 2019/ 2020, 2020/2021 e 2021/2022 encontram-se ilustrados na tabela que se segue.

Ano letivo:		2019/20						2020/21					
Ano Escolar	Estabelecimento	N.º Alunos		Escalaõ A		Escalaõ B		Nº alunos		Escalaõ A		Escalaõ B	
		Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total
Pré-Escolar	Escola Básica Raimonda	40	222	5	31	17	43	52	235	5	32	17	44
	Escola Básica de Figueiró	69		6		12		61		6		125	
	Escola Básica de Freamunde	113		20		14		122		21		15	
1.º	Escola Básica Raimonda	16	89	5	20	3	42	18	93	4	12	5	17
	Escola Básica de Figueiró	20		5		27		18		0		4	
	Escola Básica de Freamunde	45		10		12		57		8		8	
2.º	Escola Básica Raimonda	19	88	4	15	6	27	14	77	3	11	3	16
	Escola Básica de Figueiró	24		0		7		18		0		3	
	Escola Básica de Freamunde	45		11		14		45		8		10	
3.º	Escola Básica Raimonda	26	111	5	17	3	26	19	87	3	15	7	23
	Escola Básica de Figueiró	26		2		7		24		0		3	
	Escola Básica de Freamunde	59		10		16		44		12		13	
4.º	Escola Básica Raimonda	33	113	7	23	7	34	26	111	1	13	7	21
	Escola Básica de Figueiró	22		3		10		26		2		3	
	Escola Básica de Freamunde	78		13		17		59		10		11	
5.º	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Pinto Vasconcelos	139	299	29	58	51	96	132	272	19	58	45	87
6.º		160		29		45		140		39		12	
7.º	Escola Secundária D. António Taipa	147	475	44	104	87	196	159	453	26	84	48	142
8.º		152		31		52		141		29		42	
9.º		176		29		57		153		29		52	
10.º		143		18		29		172		15		55	
11.º		143		21		59		121		6		21	
12.º		159		18		49		138		12		33	

Ano letivo:		2021/22					
Ano Escolar	Estabelecimento	N.º Alunos		Escalaõ A		Escalaõ B	
		Parcial	Total	Parcial	Total	Parcial	Total
Pré-Escolar	Escola Básica de Raimonda	58	254	8	32	12	44
	Escola Básica de Figueiró	65		4		12	
	Escola Básica de Freamunde	131		30		27	
1.º	Escola Básica de Raimonda	19	111	1	12	7	17
	Escola Básica de Figueiró	24		2		6	
	Escola Básica de Freamunde	68		19		18	
2.º	Escola Básica Raimonda	18	94	3	11	4	16
	Escola Básica de Figueiró	18		0		3	
	Escola Básica de Freamunde	58		2		11	
3.º	Escola Básica Raimonda	16	76	2	15	2	23
	Escola Básica de Figueiró	15		0		3	
	Escola Básica de Freamunde	45		9		8	
4.º	Escola Básica Raimonda	19	88	3	13	8	21
	Escola Básica de Figueiró	24		1		3	
	Escola Básica de Freamunde	45		10		11	
5.º	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Pinto Vasconcelos	122	260	18	58	43	87
6.º		138		29		47	
7.º	Escola Secundária D. António Taipa	141	475	29	84	47	142
8.º		156		26		47	
9.º		138		26		42	
10.º		179		17		46	
11.º		153		11		50	
12.º		119		9		23	

Bolsas de mérito atribuídas:									
Escalão	2019/20			2020/21			2021/22		
	10.º	11.º	12.º	10.º	11.º	12.º	10.º	11.º	12.º
A	6	7	8	7	5	15	7	5	7
B	10	33	28	30	15	35	19	32	18

2.8.3.3. Situação socioeconómica das famílias

A escola, como organização sistémica, influenciada pelo meio e simultaneamente agente transformador deste, deve estar atenta a todas as condições que influenciam o seu desempenho.

As condições socioeconómicas das famílias têm sido apontadas como um dos fatores externos com maior impacto no (in)sucesso dos alunos.

Conscientes desta problemática, mas certos que a escola não é, nem pode ser, uma via de reprodução das desigualdades sociais, antes porém, deve assumir uma importante função de esbatimento e transformação da realidade, importa fazer um diagnóstico que espelhe a realidade socioeconómica das famílias e permita desenvolver estratégias concertadas e adequadas no sentido de promover uma efetiva igualdade de oportunidades a todos os alunos.

Os dados relativos à taxa de agregados familiares em que ambos ou pelo menos um dos progenitores (ou quem suas vezes fizer) se encontra desempregado espelham o atual macro cenário económico.

Torna-se imprescindível que as medidas de apoio social garantam a prestação das necessidades básicas a todos os alunos e respetivas famílias que delas necessitam. Afigura-se também importante a dimensão da solidariedade e do voluntariado num exercício de cidadania mais abrangente que permita que as crianças/jovens se apropriem dos valores que lhes são inerentes.

2.9. SERVIÇOS DE APOIO / ESTRUTURAS

I. Biblioteca Escolar (BE)

A Biblioteca Escolar do Agrupamento de Escolas D. António Taipa, integrada na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), é constituída por um conjunto de recursos físicos, humanos e documentais, que funcionam na escola sede, Escola Secundária D. António Taipa, na Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos e nas Bibliotecas dos Centros Escolares. O trabalho é assegurado por dois professores bibliotecários.

No âmbito da sua missão, a BE desenvolve, prioritariamente, atividades nos seguintes domínios: promoção das diferentes literacias; apoio ao desenvolvimento curricular; estímulo da criatividade e da produção escrita; formação de utilizadores na área da literacia da informação e de competências digitais; desenvolvimento do espírito crítico e da aprendizagem autónoma; desenvolvimento de projetos, parcerias e atividades (dentro da escola e com entidades locais, nacionais e internacionais); apoio aos alunos, docentes e estruturas do Agrupamento, bem como a ocupação plena dos tempos livres.

II. Apoio Tutorial Específico

As tutorias constituem ações colaborativas em que intervêm vários agentes (alunos, docentes, encarregados de educação) com diferentes graus de implicação, de forma a colaborar na resolução de dificuldades de aprendizagem dos alunos, de facilitar a sua integração na escola e nos grupos/turma, bem como a ajudar a atenuar eventuais situações de conflito.

III. Centro de Apoio à Aprendizagem

O Centro de Apoio à Aprendizagem é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola.



Pretende-se, deste modo, complementar o trabalho desenvolvido em sala de aula ou noutros contextos educativos, com vista ao sucesso dos alunos com medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, conforme estipulado no Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho.

IV. Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

Esta equipa, de composição diversificada, constitui um recurso específico de apoio à aprendizagem, direcionado para todos os alunos.

Elementos Permanentes:

- um dos docentes que coadjuva a Diretora;

- um docente da Educação Especial;
- três membros do Conselho Pedagógico com funções de coordenação pedagógica de diferentes níveis de educação e ensino;
- um psicólogo.

Elementos Variáveis (identificados pelo coordenador da equipa multidisciplinar):

- o educador, o professor titular de turma ou o diretor de turma do aluno, consoante o caso;
- outros docentes do aluno, bem como outros técnicos do Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) que prestam apoio à escola ou outros.
- Encarregados de Educação.

V Serviço de Psicologia e Orientação (SPO)

O SPO é assegurado por duas psicólogas, uma terapeuta da fala e uma assistente social para uma população escolar com cerca de 2000 alunos.

Desempenham um papel basilar no acompanhamento de alguns alunos ao longo do seu percurso escolar, nomeadamente no despiste de situações problemáticas e dificuldades de aprendizagem. Efetuam ainda a orientação vocacional e profissional a todos os alunos dos 9.º e 12.º anos de escolaridade.

A escola conta ainda com a colaboração da Equipa Municipal Promotora de Sucesso Escolar, constituída por psicólogos, terapeutas da fala e assistentes sociais. A equipa está sediada nas escolas, é coordenada pela Divisão da Educação da Câmara Municipal e atua junto das crianças, alunos e famílias em articulação com o SPO, docentes e direção e outras equipas e projetos da escola, privilegiando a intervenção precoce do insucesso escolar.

VI Equipa de Autoavaliação

A equipa de autoavaliação tem a responsabilidade de implementar o processo de autoavaliação do Agrupamento e integra pessoal docente, pessoal não docente, pais, encarregados de educação e parceiros.

Tem como função recolher e tratar a informação necessária a uma análise crítica da realidade do Agrupamento e elaborar e divulgar, anualmente, a toda a comunidade escolar, um relatório de autoavaliação.

2.10. ASSOCIAÇÕES DE PAIS

Neste Agrupamento existem Associações de Pais em todos os estabelecimentos de educação/ ensino, que têm como objetivo contribuir para a resolução das necessidades e aspirações dos educandos, em matéria de educação e ensino, através de estreita e permanente colaboração entre alunos, pais/encarregados de educação, diretora, corpo docente e não docente.

2.11. ESCOLA A TEMPO INTEIRO

A escola a tempo inteiro é assegurada através da implementação das Atividades de Animação e Apoio à Família na educação pré-escolar e da Componente de Apoio à Família no 1º ciclo e Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo . A oferta destes serviços de apoio à família, onde se inclui as refeições escolares, é da responsabilidade do Município sendo a supervisão pedagógica e acompanhamento da responsabilidade da escola. Para a execução destas atividades o Município tem estabelecido protocolos de parceria com a Associação Paços 2000 e Associação de pais da Escola Básica de Freamunde.

A Escola a Tempo inteiro pretende responder às necessidades de conciliação da vida familiar com a vida profissional das famílias garantindo a abertura das escolas das 7h 30m às 18h 30m ou mais tarde.

Estes serviços estão implementados em todos os Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e Ensino do 1º ciclo.

No ano letivo 2022/ 2023 foi implementada uma componente de apoio às famílias para os alunos que frequentam a Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Pinto Vasconcelos.

3. LINHAS ORIENTADORAS DO PROJETO EDUCATIVO

Neste Projeto Educativo é dada primazia a quatro grandes eixos/ dimensões:

- a dimensão financeira, numa perspetiva de retorno ao nível dos processos internos e do desenvolvimento organizacional, em benefício dos alunos e das suas famílias;
- a dimensão dos “clientes” (entenda-se alunos e respetivas famílias) e a sua satisfação;
- a dimensão dos processos internos, como cerne do desenvolvimento;
- a dimensão do desenvolvimento organizacional, assente na capacidade do Agrupamento ser capaz de inovar, melhorar e aprender.

3.1. DEFINIÇÃO ESTRATÉGICA DO AGRUPAMENTO

	Pontos Fortes:	Pontos Fracos:
Fatores Internos (organização)	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/>Dinamização e participação em atividades de parceria <input type="checkbox"/>Percentagem de abandono escolar quase insignificante <input type="checkbox"/>Boa rede de educação pré-escolar <input type="checkbox"/>Melhoria dos resultados académicos <input type="checkbox"/>Oferta de apoios educativos e avaliação positiva da sua implementação face às taxas de sucesso na aplicação de apoios. <input type="checkbox"/>Bibliotecas escolares inseridas na Rede Nacional de Bibliotecas Escolares <input type="checkbox"/>Participação em projetos (Parlamento dos Jovens, Eco escolas, Clube de Proteção Civil, Promoção e Educação para a Saúde, Desporto Escolar, PNL, ...) <input type="checkbox"/>Oferta de atividades extracurriculares <input type="checkbox"/>Plano de Ocupação Plena eficaz, com encorajamento de permutas e bolsa de docentes de acompanhamento educativo <input type="checkbox"/>Aposta na diversidade de oferta formativa 	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Adesão da comunidade aos momentos de elaboração e revisão de documentos <input type="checkbox"/> Processos de Autorregulação <input type="checkbox"/> Articulação entre ciclos de ensino <input type="checkbox"/> Articulação interdisciplinar <input type="checkbox"/> Organização/Funcionamento das estruturas intermédias, com conseqüente défice de análise e reflexão sobre resultados e ajuste de metodologias <input type="checkbox"/> Necessidade de melhorar a rentabilização do potencial humano <input type="checkbox"/> Mecanismos de monitorização das práticas letivas em contexto de sala de aula <input type="checkbox"/> Sistemas de acompanhamento do percurso pessoal e profissional dos alunos após a conclusão dos cursos <input type="checkbox"/> Alimentação/refeitórios <input type="checkbox"/> Equipamentos informáticos <input type="checkbox"/> Resultados das aprendizagens/ conhecimentos e das competências ativas de cidadania. <input type="checkbox"/> Iniciativas/atividades promovidas pelos alunos <input type="checkbox"/> Divulgação e publicitação das atividades e resultados do Agrupamento

	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/>Corpo docente e corpo não docente qualificados <input type="checkbox"/>Capacidade de gerar receitas próprias <input type="checkbox"/>PAA devidamente orçamentado <input type="checkbox"/>Sítio eletrónico usado como veículo de informação do Agrupamento <input type="checkbox"/>Instrumentos de autorregulação (Comissões de Monitorização, de Disciplina, de Formação, de Avaliação Interna, ...) <input type="checkbox"/>Associação de Estudantes <input type="checkbox"/>Associações de Pais <input type="checkbox"/>Serviços prestados pelos serviços administrativos <input type="checkbox"/>Serviços prestados pela direção <input type="checkbox"/>Serviços prestados pelos órgãos de coordenação e orientação pedagógica Plataformas eletrónicas
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">Fatores Externos (ambiente)</p>	<ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/>Cooperação com entidades e instituições locais (CMPF, Centro de Saúde, ...) <input type="checkbox"/>Rede de parcerias, incluindo estágios de formação, com impacto muito positivo nos processos de aprendizagem/formação em contexto de trabalho e na promoção do mérito e da solidariedade social (Obra Social Sílvia Cardoso, Sport Club Freamunde, Centros de Saúde, Escola Segura, Ensino Superior de Educação, Associação Pedacos de Nós, Conservatório do Vale do Sousa, DGEST, ...) <input type="checkbox"/>Imagem junto da comunidade <input type="checkbox"/>Contactos com o Ensino Superior <input type="checkbox"/>Aquisição de materiais essenciais (ANCP) <input type="checkbox"/>Nível escolar dos pais e encarregados de educação <input type="checkbox"/>Dificuldades económicas dos agregados <input type="checkbox"/>Expectativas face aos benefícios da escolaridade e imprevisibilidade face ao futuro profissional <input type="checkbox"/>Condições desiguais entre estabelecimentos de ensino/formação <input type="checkbox"/>Compromisso das famílias no processo educativo dos seus educandos <input type="checkbox"/>Envolvimento com o tecido empresarial

3.2. PLANEAMENTO DO PROJETO EDUCATIVO

O Projeto Educativo será apresentado em modelo de cascata, privilegiando em primeiro lugar e num nível superior de hierarquia, a definição da Missão do Agrupamento, ou seja, será clarificada a finalidade do Agrupamento, como organização que cumpre uma

função social de relevo. Desta derivará a aclaração da Visão Estratégica como a grande ambição do Agrupamento para o horizonte dos próximos três anos, traduzida num olhar prospetivo e mobilizador de energias coletivas, canalizadas em torno dessa imagem futura do Agrupamento. A formulação de um Objetivo Central, em linha com a Missão e a Visão Estratégica, dará lugar à definição de Áreas Prioritárias de Intervenção consideradas influentes na consecução do Objetivo Central. Por último, num plano mais operacional, serão definidas as metas, ações e respetivos indicadores de medida, de importância capital na pretensão de dar corpo à definição de projeto, enquanto projeção da ação.

3.3. MISSÃO

A missão consubstancia-se numa visão de Agrupamento unificada num conjunto de valores assentes nas seguintes dimensões:

✓ **Identidade comum:**

A pertença a este agrupamento deverá fazer emergir uma identidade comum (perceptível nos documentos estruturantes e nos símbolos do agrupamento), assente em princípios e valores humanistas, tais como o respeito pelos outros, respeito pela verdade, humildade, tolerância, respeito pelo pluralismo, pela solidariedade, e pela dinamização de atividades que afirmem os valores e tradições locais.

✓ **Exigência:**

O processo de ensino-aprendizagem implica a valorização de uma cultura do trabalho, do esforço e da responsabilização pessoal e coletiva de todos os intervenientes no processo. Neste sentido, a aprendizagem assenta na competência e na otimização de todas as capacidades e apetências para aquisição das múltiplas aprendizagens e conhecimentos.

✓ **Inclusão e respeito pela diferença:**

O agrupamento deve constituir-se como uma escola inclusiva adaptada a todos, atendendo às suas condicionantes físicas, cognitivas, sociais, étnicas, religiosas e/ou linguísticas que, aceitando as diferenças, apoia as aprendizagens, promovendo uma educação diferenciada.

✓ **Solidariedade:**

O agrupamento deve desenvolver uma formação cívica, humanista e solidária, através de ações diversas que concretizem a cidadania ativa e comunitariamente responsável.

✓ **Consciência da sustentabilidade:**

O agrupamento deve fomentar o respeito pela natureza, pelos recursos naturais, pela preservação do meio ambiente e pela sua exploração sustentável, na prossecução da saúde, bem-estar de toda a comunidade educativa.

3.4. VISÃO ESTRATÉGICA

Face aos dados apresentados nas avaliações do Agrupamento ressaltam pontos fortes e fracos a serem considerados na sua definição estratégica, bem como as necessidades e dificuldades sentidas. Os fatores externos e internos constituem ameaças e oportunidades a que o Agrupamento se empenhará para dar uma resposta eficaz. Todos os fatores mencionados foram compilados na forma de uma matriz SWOT (Strengths, Weaknesses, Opportunities e Threats) acima apresentada.

3.5. ÁREAS DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIAS

3.5.1. OBJETIVOS

Partindo da análise SWOT apresentada, este projeto pretende ser um instrumento orientador que proporcione uma efetiva coordenação pedagógica entre os vários níveis de ensino do Agrupamento. Tem como finalidade a clarificação de um processo, explicitando o que se deseja fazer, o tipo de situações a criar assim como o tipo de resultados a que se pretende chegar. Neste sentido, foram delineados os objetivos estratégicos concretizáveis até ao final do ano letivo 2024/2025.

Assim, constituem áreas prioritárias de intervenção e será para essas que se canalizarão as sinergias coletivamente construídas, as seguintes:

- **APRENDIZAGENS e CONHECIMENTO** – Os resultados escolares obtidos ao longo dos últimos anos dão ênfase à pertinência de destacar o sucesso e a qualidade das aprendizagens como área de intervenção prioritária.
- **SAÚDE, BEM-ESTAR E AMBIENTE** - A procura de melhores resultados escolares só será possível continuando a aposta no bem-estar físico, emocional e social dos alunos.

- CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO – A aposta no reforço desta área prioritária assenta na premissa de que a escola cumpre um papel social que vai muito para além do simples ato de ensinar. A escola forma cidadãos universais, pertencentes a uma comunidade de origem local.

3.5.2. ESTRATÉGIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

O Projeto de Turma de Cidadania integrará o respetivo Plano de Turma, com um tema e ações agregadoras da sua dimensão transdisciplinar.

Desta forma é possível prever uma articulação entre documentos referenciais que estão na base das recentes alterações normativas: Perfil do Aluno, Aprendizagens Essenciais e Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania.

☞ Operacionalização da componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento

A abordagem curricular da Educação para a Cidadania faz-se a dois níveis:

- Na Educação Pré-Escolar e no 1.º Ciclo do Ensino Básico: integrada transversalmente no currículo, da responsabilidade do/a docente titular de turma e decorrente da decisão acerca dos domínios a trabalhar e das competências a desenvolver ao longo do ano, definidos em sede de Conselho de Docentes.
- No 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico: sob a responsabilidade de um/a docente e decorrente da decisão acerca dos domínios a trabalhar e das competências a desenvolver ao longo do ano, definidos em sede de Conselho de Turma e enquadrados na Estratégica de Educação para a Cidadania da Escola.
- No Ensino Secundário: sob coordenação do diretor de turma, coadjuvado pelos restantes professores do Conselho de Turma, à exceção dos cursos profissionais em que a coordenação é da responsabilidade do professor da disciplina de Área de Integração, coadjuvado pelo diretor de turma e pelos restantes professores do Conselho de Turma, aborda, no âmbito das diferentes disciplinas das matrizes curriculares, os temas e os projetos, aplicando-se o previsto para os cursos do ensino científico-humanístico e artístico especializado. Dado que a componente curricular de Cidadania e Desenvolvimento não tem carga horária própria, a

operacionalização interna da componente curricular concretiza-se em duas vertentes, a saber:

- Transversalmente na gestão curricular disciplinar e multidisciplinar, em especial através do Plano de Turma (PT);
- Globalmente, nos variados projetos e atividades promovidos pelo Agrupamento.

O Conselho de Turma constitui-se como unidade fundamental, sendo responsável pela componente de Cidadania e Desenvolvimento, devendo proceder à operacionalização de toda a estratégia de planificação da ação no que concerne ao trabalho relativo aos conteúdos fundamentais a serem lecionados.

As aprendizagens consideradas transversais, que são pressupostas decorrer da componente de formação de Cidadania e Desenvolvimento, revelam-se no aluno pelas seguintes evidências:

- Conceção e exercício de uma cidadania ativa e proativa;
- Dinamização/ participação de e/em ações voluntárias e facultativas;
- Identificação e vivência de competências essenciais de cultura democrática;
- Interiorização dos valores e competências decorrentes da abordagem dos domínios de Cidadania e Desenvolvimento.

A avaliação destas aprendizagens, pela sua transversalidade, é efetuada preferencialmente no domínio das Atitudes e Valores das disciplinas, de acordo com os critérios gerais de avaliação do Agrupamento.

Cidadania e Desenvolvimento, enquanto componente curricular autónoma, constitui-se como espaço potenciador da valorização de uma abordagem interdisciplinar ao nível do Conselho de Turma, sempre que se verifique a interligação curricular com outras disciplinas, ao nível das aprendizagens, possibilitando a realização de projetos interdisciplinares.

O processo de ensino, aprendizagem e avaliação nesta componente curricular a deve integrar e refletir as competências de natureza cognitiva, pessoal, social e emocional e artística, desenvolvidas e demonstradas por cada aluno através de evidências.

A avaliação das aprendizagens de Cidadania e Desenvolvimento está enquadrada pelos normativos legais em vigor para cada nível de ensino. Os critérios de avaliação são aprovados pelo Conselho Pedagógico.

3.5.3. FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO EM SAÚDE, BEM-ESTAR E AMBIENTE

O Agrupamento de Escolas D. António Taipa, enquanto organização focada no desenvolvimento de determinadas competências, quer de domínio cognitivo quer pessoal, quer social, desenvolverá parcerias que contribuirão para novas formas de intervenção do Programa Regional de Educação Sexual em Saúde Escolar (PRESSE).. Esta opção permite que esta área prioritária possa ser uma dimensão a incluir nos planos curriculares de turma bem como nos documentos de nível médio como é o caso do Plano Anual de Atividades.

Para além das metas e objetivos ligados ao projeto do PRESSE e ao programa Eco Escolas importa considerar o bem-estar, acentuando a valência da educação alimentar:

- o Agrupamento de Escolas D. António Taipa contribui para a promoção da alimentação saudável, desde a oferta alimentar no interior do recinto escolar até aos conteúdos curriculares, atividades extracurriculares e ao posicionamento de todos os intervenientes no processo educativo.
- o refeitório escolar como um local de exceção para a promoção de um consumo alimentar saudável e equilibrado, que disponibiliza alimentos de boa qualidade nutricional, e também como um espaço de socialização para um consumo em grupo, onde o sabor ligado à cultura local e o prazer de estar à mesa devem ser tão valorizados como a componente nutricional.
- o Agrupamento de Escolas D. António Taipa como um espaço adequado para se promover a discussão sobre o acesso aos alimentos como uma condição básica dos direitos humanos e da alimentação como uma atividade humana condicionadora da saúde, mas também condicionada por diversos determinantes sociais e culturais que podem ser integrados curricularmente.
- o Agrupamento de Escolas D. António Taipa como um espaço de ligação à família, no seio da qual se determinam muitas das escolhas alimentares ao longo do dia.

3.5.4. INCLUSÃO, EQUIDADE E FLEXIBILIDADE

Responder localmente com qualidade e eficácia ao ambicioso objetivo da UNESCO de “garantir uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem durante toda a vida para todos” (UNESCO), no âmbito da agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, é um processo complexo, que exige mudanças efetivas na teoria e na prática e um sistema de monitorização do impacto da mudança consistente e fidedigno. É também um processo que atravessa, necessariamente, todos os níveis do sistema educativo, desde o plano macro, onde se definem as políticas educativas nacionais, ao epicentro da sala de aula e outros espaços menos formais de aprendizagem e desenvolvimento, a que nenhum ator pode ficar alheio. É por fim, um processo contínuo que não se inicia em modo tábua rasa, impelido por um esforço único de mudança decretada, trata-se antes porém de um caminho socialmente construído, que vai muito além da reconstrução de discursos sobre as mesmas práticas e que parte do humilde e inequívoco reconhecimento de que “as dificuldades que os estudantes enfrentam derivam muitas vezes de aspetos internos ao próprio sistema educativo, à forma como este se encontra organizado, às formas de ensino que prestam e à forma como avaliam”(UNESCO).

O caminho que temos construído ao longo da última década em matéria de inclusão, permite que neste momento, a publicação do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho, seja encarada como uma forma de legitimar práticas e reforçar as crenças e pressupostos partilhados pela comunidade. A publicação do Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, reforça, por seu lado, a crença de que o currículo constitui um dos principais meios de efetivar os princípios de inclusão e equidade, pela oportunidade que cria ao nível do reforço das formas de participação dos alunos nos processos de ensino e aprendizagem.

Neste contexto de reforço do comprometimento com um percurso que vem a ser traçado há mais de uma década, queremos destacar como ideias-chave, subjacentes às práticas que temos vindo a desenvolver, no ensejo do desenvolvimento de uma cultura inclusiva verdadeiramente sustentável:

- aumento das formas e da qualidade da participação dos alunos na vida da escola, nos processos de aprendizagem e de avaliação.
- reforço do papel da avaliação formativa e contínua como elemento democrático regulador do que se ensina e do que se aprende.

-
- reforço da atuação da equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva no desenvolvimento de uma cultura de inclusão sustentada e sustentável.
 - aposta nas comunidades profissionais de aprendizagem internas à escola, na perspetiva de que esta dinâmica, poderá melhorar as capacidades e conhecimentos dos professores e tem incidência direta no modo como ensinam e como os alunos aprendem.
 - aposta forte na formação e desenvolvimento profissional dos docentes, não docentes, pais e encarregados de educação, visível na consistência da oferta ao nível dos planos de formação internos.
 - intensificação da rede de parcerias entre as diferentes entidades que assumem responsabilidades locais ao nível da educação, com destaque para aquelas que trabalham junto de famílias e alunos em situação de maior vulnerabilidade.
 - mobilização de recursos humanos adicionais, de qualificação diversificada e complementar, capazes de intervir com foco de forma articulada sobre situações de risco.
 - aposta no diagnóstico precoce e na intervenção específica e rápida aos primeiros sinais de dificuldade, como estratégia fulcral de garantia de que todas as crianças e alunos atinjam o seu máximo potencial.
 - aposta no desenvolvimento de projetos culturalmente significativos e ambientes educativos favoráveis ao desenvolvimento holístico de cada criança e aluno.
 - valorização da tríade sistémica Inclusão, flexibilização e perfil dos alunos, no planeamento e concretização da prática letiva.

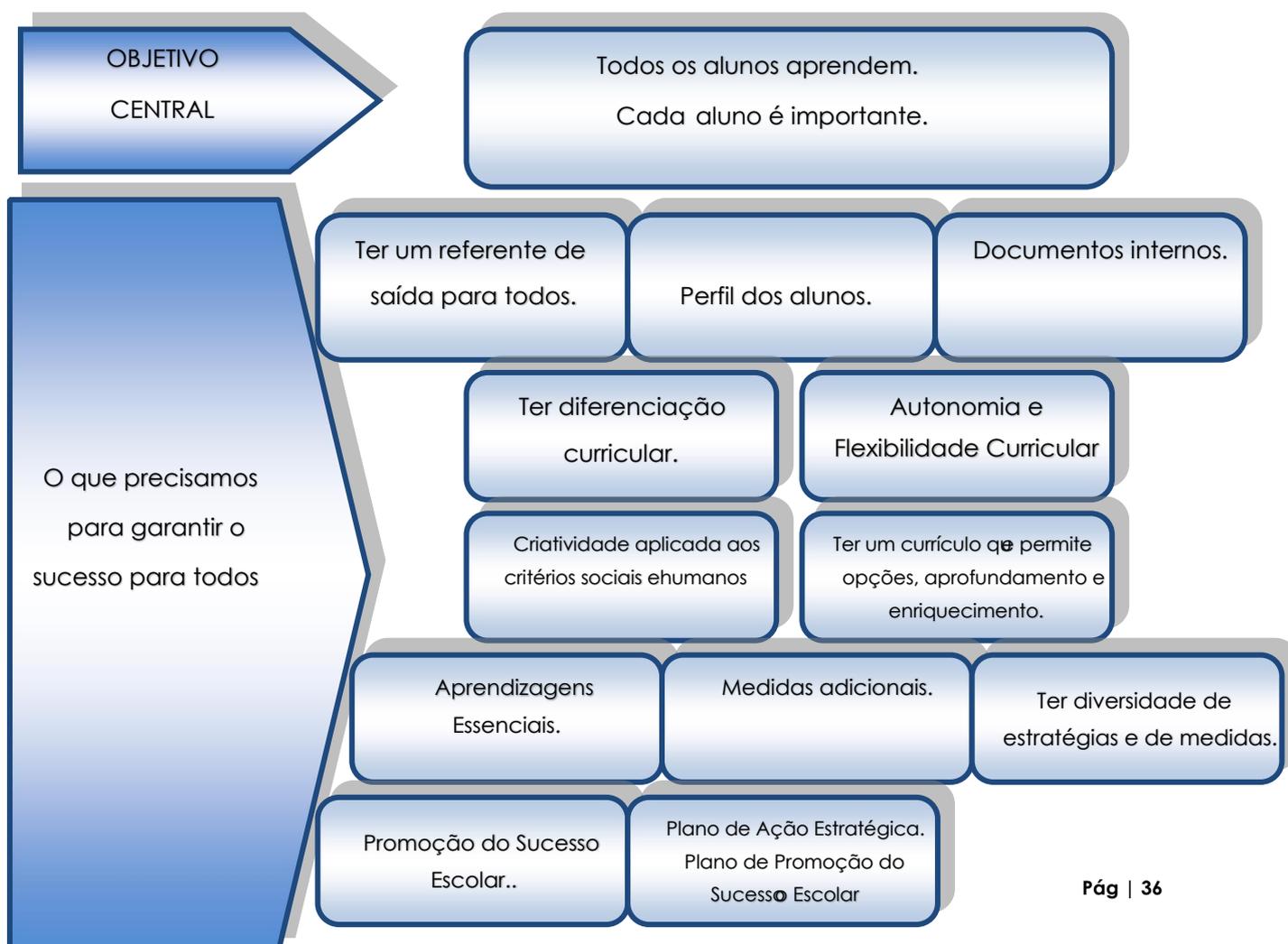
3.5.4.1. Princípios Orientadores da Operacionalização da Gestão Flexível e Integração das Áreas Prioritárias

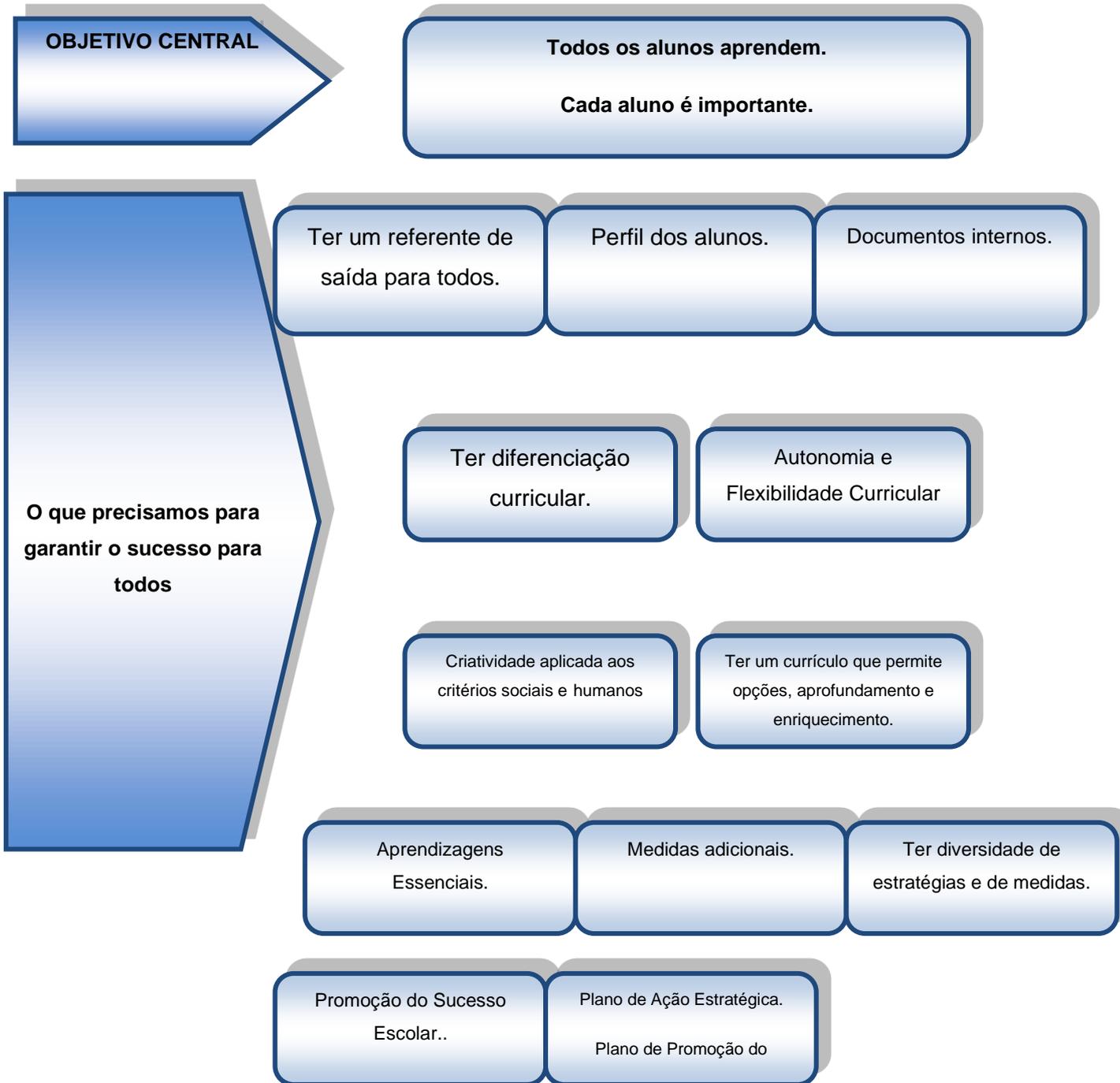
O enquadramento normativo dos documentos orientadores, nomeadamente a articulação e operacionalização com os Decretos-Lei n.º 54/2018 e n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, no contexto da nossa estrutura funcional interna, implica outras formas de trabalho, a que chamamos novas dinâmicas pedagógicas, que resultam também do próprio Plano Nacional de Promoção do Sucesso Escolar.

Trata-se de promover a articulação entre saberes. Acrescentamos, neste momento, o papel a desempenhar pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva, pelo Serviço de Psicologia e Orientação e pelos Professores Bibliotecários.

Os esquemas seguintes, suportados ou oriundos de fontes documentais da Direção Geral de Educação (DGE), apontam neste sentido.

✓ **Base conceptual da avaliação**

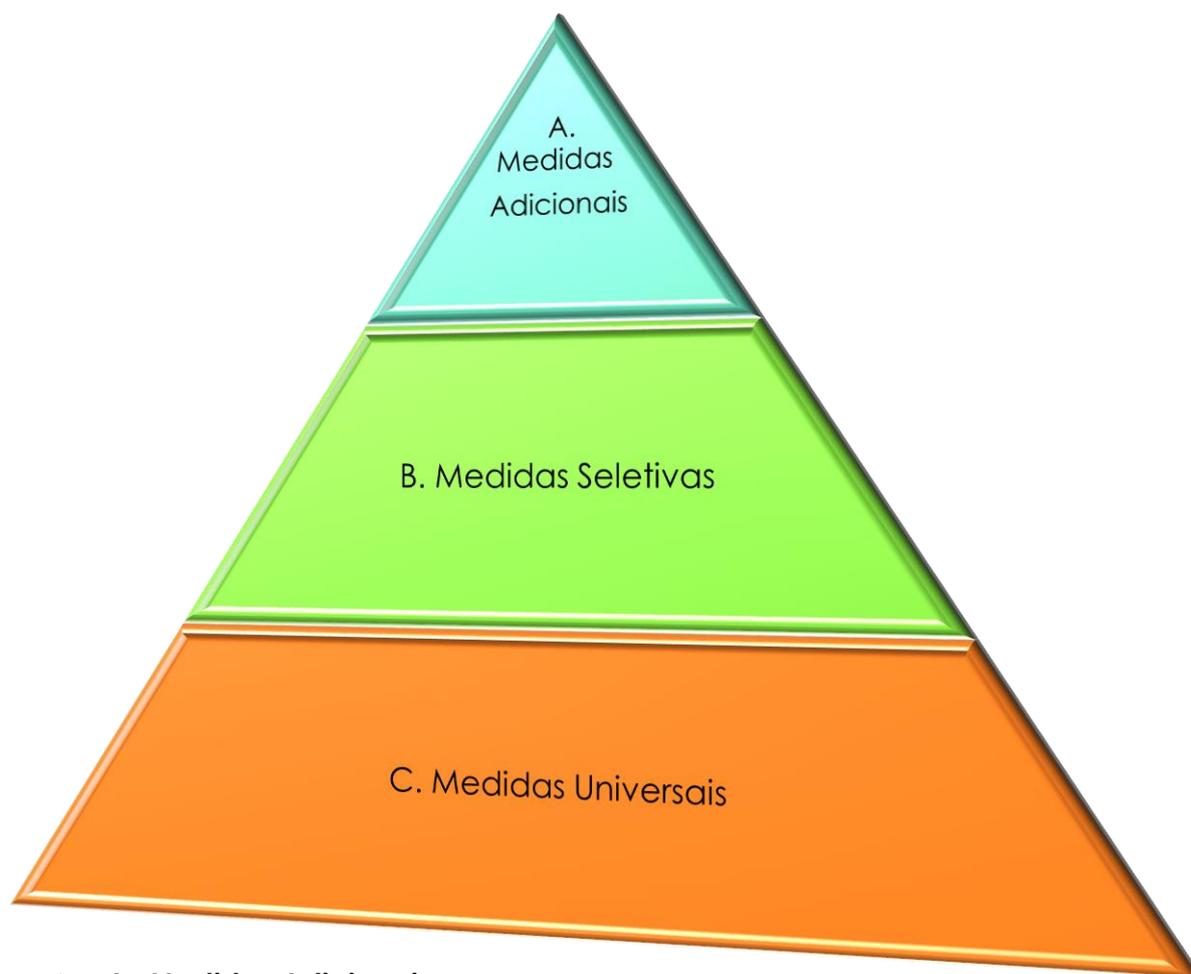




✓ **Progressão dos Alunos**



✓ **Abordagem Multinível no acesso ao currículo**



➤ **A- Medidas Adicionais:**

- ✓ Frequência do ano de escolaridade por disciplinas;
- ✓ Adaptações curriculares significativas;
- ✓ Plano individual de transição;
- ✓ Metodologias e estratégias de ensino estruturado;
- ✓ Competências de autonomia pessoal e social.

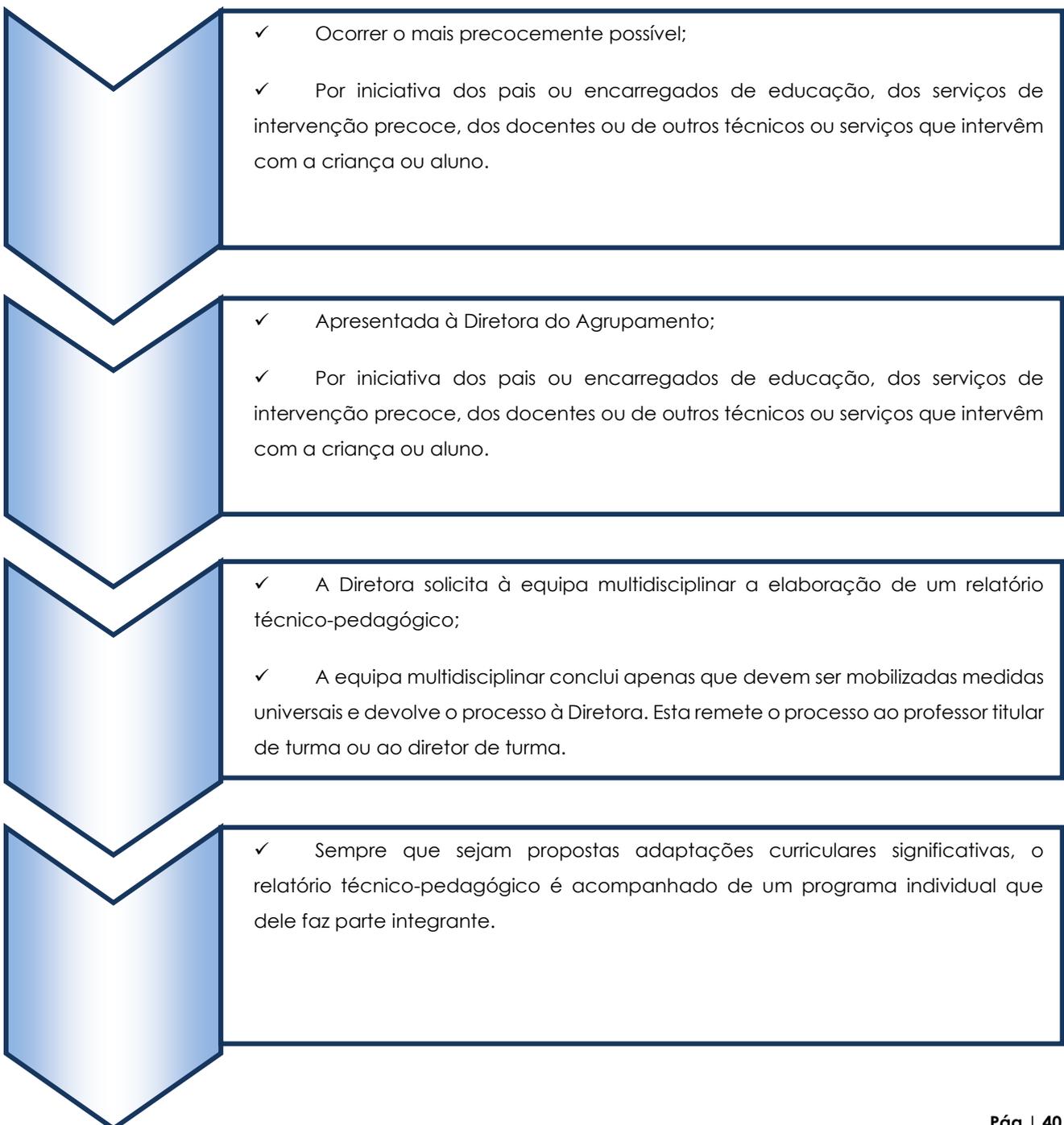
➤ **B- Medidas Seletivas:**

- ✓ Percursos curriculares diferenciados;
- ✓ Adaptações curriculares não significativas;
- ✓ Apoio psicopedagógico;
- ✓ Antecipação e reforço das aprendizagens;
- ✓ Apoio tutorial.

➤ **C- Medidas Universais:**

- ✓ Diferenciação pedagógica;
- ✓ Acomodações curriculares;
- ✓ Enriquecimento curricular;
- ✓ Promoção do comportamento pró-social;
- ✓ Intervenção com foco académico ou comportamental em pequenos grupos.

✓ **Processo de identificação da necessidade de medidas**



✓ **Relatório Técnico Pedagógico (RTP)**



3.6. OBJETIVOS OPERACIONAIS, METAS, AÇÕES E INDICADORES

Neste ponto serão definidos os objetivos estratégicos em linha com a missão e objetivo nuclear (melhoria dos resultados escolares), clarificadores do que se pretende atingir em cada área prioritária de intervenção.

A definição de metas, suportada por indicadores de verificação, complementa e dá corpo à concretização dos objetivos.

As metas devem constituir um elemento central em torno do qual se mobilizam os diferentes intervenientes e se conjugam todos os esforços no sentido de as alcançar.

A - Área Prioritária de Intervenção: Aprendizagens e Conhecimento							
	Objetivos		Metas	Ações			Indicadores
1.	Melhorar as condições/espacos de estudo dos alunos	1M	1. Existência de espacos específicos e diferenciados nas salas de estudo. 2. Assegurar a presença de pelo menos um docente.	1A	1. Criação de espacos específicos e diferenciados nas salas de estudo. 2. Adjudicação de tempos para acompanhamento nos espacos e estudo.	1I	1. Espacos específicos criados 2. Média de docentes adjudicados/hora a cada espaco
2.	Melhorar os níveis de proficiência de leitura e escrita dos alunos dos 1.º e 2.º anos.	2M	Conseguir que 95% os alunos dos 1.º e 2.º anos apresentem, no final do ano letivo, níveis satisfatórios ou muito satisfatórios de proficiência de leitura e escrita.	2A	Incrementar estratégias/métodos alternativos de ensino da leitura e da escrita.	2I	N.º de alunos dos 1.º e 2.º anos com níveis satisfatórios na leitura e escrita, em final de ano.
3.	Identificar as crianças que transitam da Educação Pré-Escolar para o 1.º	3M	Conseguir intervenção em todas as crianças	3A		3I	1. Número de alunos identificadas

	ano com dificuldades ao nível da consciência fonológica.		identificadas com técnicos especializados.		Intervenção nas crianças identificadas com técnicos especializados.		2. Número de alunos acompanhados
4.	Identificar os alunos que manifestem as primeiras dificuldades na aquisição do processo de leitura e escrita.	4M	Acompanhar todos os alunos com dificuldades identificadas	4A	Incrementar estratégias/métodos alternativos de ensino da leitura e da escrita, com recurso particular aos métodos digitais.		1. Número de alunos identificadas 2. Número de alunos acompanhados
5.	Manter o abandono escolar próximo dos 0 %.	5M	Aproximar uma taxa nula de abandono ao ano em todos os ciclos de ensino.	5A	Monitorizar e acompanhar os alunos identificados em situação de absentismo escolar e vulnerabilidade social.	5I	Número de alunos em situação de abandono escolar em cada ano letivo.
6	Melhorar a taxa global de qualidade de sucesso (A)/(B) ao nível dos resultados internos (A) Por disciplina 1. Básico: Número de níveis Bom/4 e Muito Bom/5, relativamente ao número de positivas;	6M	A)	6A	1. Oferta de aulas de apoio/coadjuvações semanais. 2. Oferta de apoio específico. 3. Desdobramento de turmas. 4. Análise dos resultados (por ano, no 1º ciclo; por disciplina nos restantes anos) comparando-os com os valores obtidos nos últimos dois anos e apresentação de estratégias de melhoria.	6I	1. Disciplinas com Bom e Muito Bom (1º ciclo)
			1. Attingir a taxa da qualidade de sucesso nos 1º e 2º Ciclos acima de 65%.				2. Disciplinas com níveis 4 e 5 (2º ciclo)
			2. Attingir a taxa da qualidade de sucesso no 3º Ciclo acima de 50%.				3. Disciplinas com níveis 4 ou 5 (3º ciclo)
(A) Por disciplina 2. Secundário: Número de 14 ou mais valores relativamente ao número de positivas.		1.. Attingir a taxa da qualidade de sucesso no Ensino Secundário acima de 45%.		4. Disciplinas com classificação entre 14 e 20.			

	(B) Por aluno 1. Básico: Número de alunos com todas as notas Bom/4 e Muito Bom/5.		1. Atingir a taxa da qualidade de sucesso nos 1.º e 2.º Ciclos acima de 35%.			5. Número de alunos com todas as avaliações Bom e Muito Bom.
	B) Por aluno 2. Secundário: Número de alunos com 14 ou mais valores a todas as disciplinas.		2. Atingir a taxa da qualidade de sucesso no 3.º Ciclo acima de 25%.			6. Número de alunos com todas as avaliações 4 e 5.
			.1. Atingir a taxa da qualidade de sucesso no Ensino Secundário acima de 45%.			7. Número de alunos com todas as avaliações 4 e 5.
7.	Atingir a taxa global de sucesso escolar ao nível dos resultados externos, relativamente às médias nacionais.	7M	1. Atingir a média nacional nas provas de aferição do 2.º ano,	7A	1. Distinguir os alunos que evidenciaram bons resultados 2. escolares perante toda a comunidade educativa através dos diferentes Prémios de Mérito definidos no Agrupamento.	7I Resultado das avaliações externas do 2º ano
			2. Atingir a média nacional nas provas de			Resultado das avaliações externas do 5º ano

			aferição do 5.º ano		3. Desenvolver plano de trabalho específico de preparação para provas de avaliação externa (Provas Aferição/Provas Finais/ Exames Nacionais).		
			3. Atingir a média nacional nas provas de aferição 8.º ano		4. Consciencializar a comunidade educativa sobre a importância da avaliação externa.		Resultado das avaliações externas do 8º ano
			4. Atingir a média nacional nas provas finais do 9.º ano de escolaridade				Resultado das avaliações externas do 9º ano
			5. Atingir a média nacional nas provas de exame do 11º ano				Resultado das avaliações externas do 11º ano
			6. Atingir a média nacional nas provas de exame do 12º ano				Resultado das avaliações externas do 12º ano
8.	Valorizar todas as áreas do saber de acordo com o perfil dos alunos.	9M	Proporcionar aos alunos situações que envolvam o desenvolvimento do pensamento crítico e científico com práticas associadas.	9A	1. Desenvolver ações de sensibilização relativamente às condicionantes sociais e culturais intervenientes no desenvolvimento psicossocial e nos processos ensino aprendizagem das crianças e jovens. 2. Dinamizar atividades/ projetos/ ações promotoras de pensamento crítico e científico.	9I	N.º de ações de atividades/ projetos/ ações desenvolvidas através das ações 1 e 2.
9.	Contribuir para a valorização profissional de docentes e não docentes.	10M	Desenvolver planos anuais de formação	10A	1. Desenvolver ações de valorização profissional, aprovadas em Conselho Pedagógico.	10I	1. N.º de docentes que desenvolveram ações de valorização profissional.

			para docentes e não docentes.				
							2. N.º de não docentes que desenvolveram ações de valorização profissional.
					2. Participar em ações de valorização profissional aprovadas em Conselho Pedagógico		1. N.º de docentes que participaram em ações de valorização profissional
							2. N.º não docentes que participaram em ações de valorização profissional.

B - Área Prioritária de Intervenção: Saúde, Bem-estar e Ambiente

Objetivos		Metas		Ações		Indicadores	
1.	Desenvolver o bem-estar físico, social e emocional dos alunos	1M	1. Estabelecer protocolos com instituições relacionadas com este objetivo. 2. Aumentar a eficácia na deteção de alunos com problemas de peso ou outros distúrbios alimentares. 3. Aumentar o número de alunos envolvidos nos projetos de saúde. 4. Garantir a Alimentação Saudável.	1A	1. Realizar de Protocolos com instituições relacionadas com este objetivo. 2. Assegurar as condições de segurança/qualidade alimentar disponibilizadas no agrupamento. 3. Realizar rastreios. 4. Realizar ações de sensibilização. 5. Realizar ações no âmbito dos projetos aprovados em conselho pedagógico. 6. Assegurar formação PRESSE e outras.	1I	1. Número de protocolos. 2. Número de elementos da comunidade rastreados. 3. Número de reclamações sobre o serviço alimentar. 4. Número de alunos envolvidos nas atividades dos projetos.

			5. Assegurar a aplicação do projeto PRESSE em todos os níveis de ensino.				5. Número de casos sinalizados com excesso de peso ou outros distúrbios alimentares.
			6. Disponibilizar formação PRESSE e/ou outras, a todos os docentes.				6. Número de docentes e não docentes a quem foi ministrada formação PRESSE e outras
2.	Promover o desenvolvimento sustentável.	2M	1. Continuar a dinamizar programas/projetos/clubes/atividades.	2A	1. Dinamizar programas/projetos/clubes/atividades 2. Implementar novos programas/projetos/clubes/atividades. 3. Realizar auditorias ambientais 4. Realizar ações de sensibilização.	2I	1. Número de programas/projetos/clubes/atividades 2. Número de inquéritos realizados sobre auditorias ambientais. 3. Número ações de sensibilização.
			2. Implementar novos programas/projetos/clubes/atividades.				1. Número novos programas/projetos/clubes/atividades. 2. Número de inquéritos realizados sobre auditorias ambientais. 3. Número ações de sensibilização.

C - Área Prioritária de Intervenção: Cidadania e Desenvolvimento

Objetivos		Metas		Ações		Indicadores	
1.	Promover a inclusão e o respeito pela diferença: eu e os outros.	1M	Continuar a dinamizar atividades inscritas no Plano de Turma e/ou no PAA.	1A	1. Promover ações inclusivas. 2. Promover ações de sensibilização dirigidas à comunidade educativa.	1I	1. Número de atividades inscritas nos Planos de Turma/Projeto de Cidadania e PAA.. 2. Número de elementos envolvidos nas ações de sensibilização.

2.	Promover o desenvolvimento da consciência cívica em matéria de direitos humanos.	2M	Continuar a promover as atividades no âmbito Plano de Turma e/ou no PAA.	2A	Realizar atividades inscritas no Plano de Turma e/ou no PAA.	2I	Número de atividades realizadas no âmbito do Planos de Turma e/ou PAA.
3.	Fomentar a importância do voluntariado na construção de uma cidadania ativa, consciente e solidária.	4M	1. Aumentar o número de atividades inscritas Plano de Turma e/ou no PAA no âmbito da Solidariedade e voluntariado.	4A	1. Realizar ações de voluntariado e campanhas/ações de solidariedade.	4I	1. Número de atividades inscritas Plano de Turma e/ou no PAA no âmbito da solidariedade e voluntariado.
			2. Continuar a facilitar a existência momentos/ atividades que valorizem as opções pessoais e o voluntariado.		2. Apoiar as iniciativas que valorizem as opções pessoais e o voluntariado.		2. Número de alunos que se inscrevem/participam em momentos/atividades facultativas e de voluntariado.
4.	Promover a interculturalidade	4M	1. Continuar a privilegiar a importância da Língua da Cultura portuguesa e o estudo dos países da CPLP.	4A	1. Concretização dos projetos específicos de Cidadania.	4I	1. Número de atividades desenvolvidas no âmbito dos projetos de Cidadania.
			2. Continuar a motivar as visitas de estudo/viagens.		2. Manter ou aumentar o número de visitas de estudo/viagens.		2. Número de visitas de estudo/viagens e número de participantes.

5.	Desenvolver a participação ativa dos alunos na vida do Agrupamento.	5M	<p>1. Dar continuidade à realização de assembleias de delegados em todas as escolas do Agrupamento</p> <p>2. Dar continuidade a atividades que privilegiam a integração</p> <p>3. Aumentar as atividades que promovam o pensamento crítico e o pensamento criativo.</p>	5A	<p>1. Fomentar a realização de assembleias de delegados em todas as escolas para promover a discussão da vida do Agrupamento.</p> <p>2. Desenvolver atividades que privilegiam a integração (Desporto Escolar, Clubes e outras.)</p> <p>3. Fomentar a realização de atividades letivas e extra letivas, em que os jovens e as crianças manifestem a sua autonomia e criatividade.</p>	5I	<p>1. Número de alunos envolvidos nas assembleias de delegados.</p> <p>2. Número de alunos participantes nas atividades que privilegiam a integração</p> <p>3. Número de alunos que se inscrevem/participam em atividades que promovam o pensamento crítico e o pensamento criativo.</p>
6.	Promover a aquisição e a importância de hábitos de convivência social.	6M	<p>1. Articular com a Associação de Estudantes.</p> <p>2. Sensibilizar para a importância do cumprimento das normas de funcionamento da escola (conforme Regulamento Interno) e zelar pelos espaços escolares.</p> <p>3. Diminuir o número de comportamentos suscetíveis de constituir infração disciplinar.</p>	6A	<p>1. Fomentar ações/atividades em parceria com a Associação de Estudantes.</p> <p>2. Responsabilizar os infratores das normas de funcionamento da escola, assim como os seus pais/encarregados de educação, e divulgar o número de comportamentos suscetíveis de constituir infração disciplinar;</p> <p>3. Monitorizar e acompanhar, numa perspectiva educativa, o comportamento dos alunos nos diversos espaços escolares.</p>	6I	<p>1. Número de atividades/ações realizadas em parceria com a Associação de Estudantes.</p> <p>2. Número e tipo de ocorrências disciplinares.</p>

7.	Promover o envolvimento da comunidade nas ações do Agrupamento.	7M	Incentivar a participação da comunidade.	7A	Promover ações dirigidas à comunidade educativa.	7I	<p>1. Número de ações</p> <p>2. Número de participantes</p>
8.	Incentivar as parcerias/protocolos.	8M	Manter ou aumentar as parcerias/ protocolos com entidades externas.	8A	Promover atividades em parcerias com entidades externas.	8I	Número de parcerias/ protocolos estabelecidos.
9.	Promover o envolvimento do agrupamento nos valores da comunidade	9M	<p>1. Implementar atividades no agrupamento que vivenciem os valores e as tradições locais.</p> <p>2. Realizar atividades que despertem a criatividade e promovam o gosto pelas artes, o sentido criativo, estético e crítico.</p> <p>3. Envolver os alunos em eventos culturais/ artísticos potenciadores de aprendizagens, de iniciativa local/ nacional de carácter cultural.</p>	9A	Realizar atividades que promovam os costumes e as tradições da comunidade local/ nacional.	9I	<p>1. Número de atividades inscritas no Plano de Turma/PAA que vivenciem os valores e as tradições locais.</p> <p>2. Número de atividades dinamizadas pela Escola (inscritas no Plano de Turma/PAA) que despertem a criatividade e promovam o gosto pelas artes, o sentido criativo, estético e crítico.</p> <p>3. Número de alunos que se envolveram em eventos (culturais/ artísticos potenciadores de aprendizagens, de iniciativa local/ nacional de carácter cultural), inscritos no Plano de Turma/PAA.</p>

			4. Concretização de projetos específicos/ exposições e visitas de estudo específicas.				4. Número de projetos que potenciem a ligação aos valores da comunidade e número de participantes, inscritos no Plano de Turma/PAA.
10	Reconhecer/ valorizar a participação ativa e voluntariosa dos alunos	10M	Incentivar/ valorizar o trabalho do aluno que manifesta uma participação ativa e voluntariosa.	10A	1. Distinguir os alunos que se evidenciaram na concretização e dinamização desses momentos/atividades perante toda a comunidade educativa, através do registo no Quadro de Valor a expor na escola sede do Agrupamento e na Cerimónia de entrega dos diplomas deste Quadro. 2. Divulgação e publicação nos meios de comunicação locais e nacionais	10I	1. Número de alunos que, pela sua participação ativa e voluntariosa, integram o Quadro de Valor do Agrupamento. 2. Quantidade de divulgações e publicações em meios de comunicação locais e nacionais, de momentos/atividades em que os alunos manifestaram a sua participação ativa e voluntariosa.

4. OUTRAS AÇÕES A DESENVOLVER

4.1. PLANO ANUAL DE ATIVIDADES

Concretizando os objetivos do PE, este Plano deve ser elaborado anualmente, de acordo com as solicitações e contextos específicos de momento, obedecendo, contudo, às seguintes orientações:

- a) articular vertical e horizontalmente as atividades propostas de forma a envolver o número máximo de alunos/crianças e de áreas disciplinares/disciplinas, bem como ter em conta a articulação entre níveis e turmas que compartilhem o mesmo espaço físico;
- b) privilegiar visitas de estudo por ano de escolaridade, articulando horizontal e verticalmente as várias áreas disciplinares/disciplinas, embora se deva ter em conta as especificidades e necessidades Cursos Profissionais e vertentes de estudo (opções do Ensino Secundário).

As estratégias a implementar contemplarão as dimensões sociais e humanas estéticas e artísticas - com preponderância para os afetos e para a componente cognitiva do percurso curricular dos educandos - salvaguardarão a importância da Língua Portuguesa, da Matemática e das disciplinas específicas de cada curso.

Assim, dever-se-á:

1. articular todas as atividades desenvolvidas com o Plano Anual de Atividades e com o PE;
2. articular planificações dos vários anos, cursos e ciclos através de reuniões efetuadas em cada curso/ano letivo;
3. abordar nas diversas áreas disciplinares obras de autores locais, bem como os conhecimentos e as vivências da sabedoria popular desta região;
4. suscitar e desenvolver estratégias diferenciadas, tendo em conta a diversidade sociocultural dos nossos alunos;
5. estimular nos alunos uma cultura de estudo e hábitos de trabalho promovendo frequência assídua da biblioteca escolar;
6. promover a integração dos alunos em grupos/turmas que lhes possibilitem o seu desenvolvimento pessoal e sucesso académico, ouvindo o Conselho de Turma

- e/ou o Conselho Pedagógico, quando necessário, respeitando sempre os critérios de formação de turmas estabelecidos no documento anexo.
7. distribuição eficiente do serviço docente com vista a melhoria da aprendizagem, acautelada a devida articulação pedagógica;
 8. reforço da coadjuvância/ codocência em turmas numerosas ou heterogéneas, nas disciplinas com menor sucesso e/ou sujeitas a exame nacional;
 9. desenvolver projetos lúdicos/desportivos para alunos com menor sucesso académico ou educativo como fatores de motivação para a melhoria;
 10. continuação com a equipa multidisciplinar de prevenção e intervenção disciplinar para o desenvolvimento de ações no combate à indisciplina;
 11. fomentar a existência de uma visita de estudo por ano de escolaridade, promovendo a interdisciplinaridade e as particularidades de cada Plano de Turma, assim como as especificidades e necessidades dos Cursos Profissionais e vertentes de estudo (ensino secundário);
 12. encaminhar para outro tipo de oferta formativa os alunos em risco de abandono e/ou com perfil para outras ofertas;
 13. realização bienal de jornadas pedagógicas;
 14. suprir as faltas dos professores com atividades que promovam a formação integral dos alunos;
 15. promover a permuta entre professores, quando necessitem de faltar;
 16. propor formação direcionada para as necessidades dos docentes;
 17. propor formação direcionada para as necessidades do pessoal não docente, para as áreas:
 - da Educação para a Cidadania;
 - da manutenção de equipamentos;
 - da Contabilidade e Gestão de Processos (Só Administrativos);
 - do Regime Jurídico da Função Pública (Só Administrativos);
 - da utilização das TIC;
 18. proporcionar um plano de formação interno, que contemple:
 - Coordenação pedagógica;
 - Coordenação curricular;

- Estruturas intermédias;

- Outros.

19. canalizar os recursos humanos docentes, disponíveis nos tempos não letivos, para:

- apoio e acompanhamento educativo;

- apoio nas bibliotecas, salas de estudo, apoio na sala de informática, tutorias;

- apoio na cantina (privilegiando a componente da formação cívica), vigilância nos intervalos;

- apoio nos clubes/ projetos de desenvolvimento, investigação e inovação educativa;

- apoio aos alunos colocados fora da sala de aula por comportamento inadequado(encaminhamento e acompanhamento destes alunos);

- outros;

20. dinamizar a realização do jornal do Agrupamento e fomentar a participação dos alunos (Associação de Estudantes);

21. dinamizar o projeto da Rádio Escola (Associação de Estudantes);

22. atribuir um prémio de mérito escolar aos melhores alunos de cada ano de escolaridade;

23. continuar a incentivar a criação de comissões de alunos para ajudar a organizar atividades relacionadas com o PE;

24. sensibilizar a Associação de Estudantes para o cumprimento das regras educativas na escola;

25. promover assembleias de turma e de delegados;

26. utilizar os serviços de psicologia para acompanhar e ajudar os alunos de risco, quando existentes;

27. continuar a abrir a escola à comunidade e partilhar com os meios de comunicação social locais informações de carácter geral e a divulgação de atividades e eventos realizados pela comunidade escolar, nomeadamente através da página eletrónica do Agrupamento;

28. promover um maior acompanhamento dos alunos por parte dos pais/encarregados de educação;
29. estimular a união de associações de pais e encarregados de educação de modo a favorecer a articulação entre a escola e a família;
30. dinamizar a realização de atividades conjuntas com as associações de pais;
31. acordar com os pais/encarregados de educação horários compatíveis para reuniões e atividades na escola;
32. fomentar a realização de atividades curriculares e extracurriculares em que os alunos, ao longo do seu percurso no Agrupamento, se sintam corresponsáveis pelas e nas decisões que lhes dizem respeito, privilegiando as orientadas ao voluntariado;
33. continuar a facilitar a existência momentos/atividades que valorizem as opções pessoais e o voluntariado;
34. promover o envolvimento do Agrupamento nos valores da comunidade.

5. AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

A avaliação do Projeto Educativo será realizada de forma contínua e periódica no final de cada ano letivo, assim como no final da sua vigência, de modo a compreender os progressos e os obstáculos e a perspetivar um contínuo aperfeiçoamento das práticas. Estando perante um documento que reflete uma realidade dinâmica, no qual se inscreve um conjunto de linhas orientadoras da ação da escola, será a própria prática a impor a sua revisão.

Cabe à Direção a responsabilidade de avaliar a atividade do Agrupamento anualmente. A avaliação final deste Projeto caberá à Equipa de Autoavaliação, criada para o efeito, pelo Conselho Geral, adotando olhares variados e perspetivas complementares, que tornem a avaliação interna uma prática interiorizada e produtiva.

Na avaliação do presente projeto dever-se-ão considerar as seguintes fontes para recolha de informação, sem prejuízo de outras que eventualmente venham a ser utilizadas:

- Relatório de autoavaliação do Sucesso Académico;
- Relatórios de avaliação de todas as atividades desenvolvidas pelo Agrupamento incluindo todas as previstas no âmbito do PAA;
- Avaliação da implementação dos projetos existentes no Agrupamento;

- Atas de Conselho Pedagógico, integrando Relatórios: dos Coordenadores de Departamento; dos Coordenadores dos Diretores de Turma; do Coordenador da Oferta Formativa; do Coordenador de Cidadania e Desenvolvimento; do Coordenador da Biblioteca/Centro de Recursos; do Coordenador da Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva; das Comissões, a Coordenadora de projetos.
- Taxas de ocorrências de carácter disciplinar;
- Frequência da biblioteca/Centro de recursos pelos alunos e de apoio prestados;
- Programas Educativos Individuais;
- Aumentar as parcerias;
- Relatório de parcerias envolvidas em projetos e atividades inscritas no PAA, como ações desenvolvidas no âmbito das áreas prioritárias de intervenção.
- Dados recolhidos junto dos Serviços Administrativos e da Ação Social Escolar;
- Taxa de participação dos Pais/Encarregados de Educação e restante comunidade na vida escolar.

Este processo constituir-se-á como um processo avaliativo de carácter formativo, com a intencionalidade de identificar, analisar e interpretar situações problemáticas para eventuais reformulações, êxitos conseguidos (para serem reforçados), assim como um instrumento de suporte na elaboração de um projeto futuro.

6. DIVULGAÇÃO

O presente Projeto Educativo, após aprovação pelos órgãos competentes, deverá ser divulgado e facultado a todos os membros da comunidade educativa, no início do ano escolar, através de uma sessão aberta à comunidade. Ficará, igualmente, disponível para consulta permanente, em suporte de papel nas Bibliotecas do Agrupamento, Serviços Administrativos, Associação de Pais e Associação de Estudantes e editado em formato digital, na plataforma do Agrupamento.

7. ANEXOS

7.1. CRITÉRIOS DE NATUREZA PEDAGÓGICA DE CONSTITUIÇÃO DE GRUPOS/TURMAS

Critérios de Elaboração de Horários

- 1- Os horários dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário devem ser organizados tendo como base períodos de 50 minutos.
- 2- A oferta complementar deve funcionar com um tempo semanal de 50 minutos ao longo de todo o ano letivo.
- 3- Critérios gerais:
 - a) Horários de início e de termo dos turnos das atividades letivas:

Nível de Ensino	Manhã		Tarde	
	início	termo	início	termo
Pré-Escolar	09:00	12:00	13:30	15:30
1.º Ciclo	09:00	12:00	13:30	17:30
2.º e 3.º Ciclos e Ensino Secundário	08:00	13:30	14:30	18:00

Nota: Nos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico e Secundário as atividades letivas/escolares podem ter início e/ou termo não coincidentes com os horários definidos para os turnos.

A conclusão do período da manhã depende da distribuição da carga horária e da gestão dos almoços na cantina. Poderá ser necessário terminar o turno da manhã às 11 h 35 min, às 12 h 40 min ou às 13 h 30 min, pelo que também poderá ser necessário o turno da tarde ter início às 12 h 40 min ou às 13 h 30 min.

- b) Concentrar as atividades escolares, preferencialmente, no turno da manhã.
- c) Evitar que o tempo máximo entre aulas de dois turnos distintos do dia seja superior a 150 minutos.
- d) Privilegiar a marcação de aulas nos horários em dias não consecutivos nas disciplinas cuja carga curricular se distribui por 3 ou menos dias da semana.
- e) Distribuir as disciplinas de Línguas Estrangeiras e de Educação Física, dentro do possível, por dias não consecutivos. Algumas aulas poderão agrupar-se em tempos de 100 ou 150 minutos.

-
- f)** Possibilitar que os horários dos discentes possam ser pontualmente alterados em função da disponibilidade dos docentes em casos de permuta ou substituição.
 - g)** Distribuir as aulas de apoio a prestar aos alunos prioritariamente pelos turnos da tarde, sem ultrapassar o tempo limite de 200 minutos.
 - h)** Respeitar intervalos para almoço não inferiores a 1 h nos estabelecimentos dotados de refeitório e não inferiores a 1 h 30 min nos restantes estabelecimentos.
 - i)** Salvaguardar um mínimo de 1 hora nas aulas práticas de Educação Física, depois de findo o período definido para almoço, por turma.
 - j)** Evitar a existência de aulas isoladas e de “furos”.
 - k)** Privilegiar a marcação das atividades de enriquecimento curricular no início e/ou no fim dos turnos letivos.

7.2. Identificação da oferta de educação e formação profissional

No ensino secundário, a oferta formativa abrange os cursos de Ciências e Tecnologias, Ciências Socioeconómicas, Línguas e Humanidades, Cursos Profissionais de Técnico de Restauração Cozinha/Pastelaria, Técnico de Restaurante/ Bar, Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores, Técnico de Mecatrónica e Técnico de Auxiliar de Saúde. Os critérios que determinam a definição de uma oferta educativa diversificada prendem-se com uma opção estratégica de resposta às necessidades do país e da região de profissionais qualificados, mas, também, da vontade de rentabilizar os recursos físicos e humanos existentes no Agrupamento. O AED. António Taipa privilegia o trabalho interdisciplinar com recurso a domínios de articulação curricular em diferentes disciplinas, mediante a planificação de cada conselho de turma, promovendo tempos de trabalho interdisciplinar. O AED. António Taipa tem a seguinte oferta educativa:

- a) Educação pré-escolar;
- b) 1º ciclo do ensino básico;
- c) 2º ciclo do ensino básico;
- d) 3º ciclo do ensino básico;
- e) Ensino Secundário - cursos científico-humanísticos ♦ Ciências e Tecnologias ♦ Ciências Socioeconómicas ♦ Línguas e Humanidades;
- f) Ensino Secundário - cursos profissionais ♦ Técnico de Restauração Cozinha/Pastelaria ♦ Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores.

A par da oferta educativa generalista, tem esta instituição sempre pugnado por diversificar as tipologias de formação, de modo a ir de encontro às necessidades do meio, dos alunos e suas famílias. Esta oferta, alicerçada na experiência acumulada e nos recursos humanos e materiais existentes, foi reconhecida por sucessivas avaliações externas, inclui os percursos formativos qualificantes, como é o caso dos cursos de educação e formação e dos cursos profissionais.

7.3. MATRIZES CURRICULARES

Ensino Básico Geral | 1.º Ciclo, de acordo com o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho.

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

Componentes de currículo			Carga horária semanal (b) (horas)	
			1.º ano / 2.º ano	3.º ano/ 4.º ano
Português	Cidadania e Desenvolvimento (f)	TIC (f)	7	7
Matemática			7	7
Estudo do Meio			3	3
Educação Artística (c) (Artes Visuais, Expressão Dramática/Teatro, Dança e Música)			5	5
Apoio ao Estudo (2 h) (d) Oferta Complementar – Ensino da Música(1h)(e)			3	1
Inglês			--	2
Total (g)			25	25
Educação Moral e Religiosa (h)			1	1

(a) Este ciclo de ensino integra, nos quatro anos de escolaridade, a oferta obrigatória de Atividades de Enriquecimento Curricular, de frequência facultativa, com uma carga horária semanal de cinco horas, a desenvolver no ensino básico, com natureza eminentemente lúdica, formativa e cultural.

(b) A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.

(c) É dada a possibilidade à escola de prever coadjuvações na Educação Artística e na Educação Física, sempre que adequado, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.

(d) O Apoio ao Estudo constitui um suporte às aprendizagens, assente numa metodologia de integração de várias componentes de currículo, privilegiando a pesquisa, o tratamento e a seleção de informação.

(e) A(s) nova(s) componente(s), criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios.

(f) Áreas de integração curricular transversal, potenciadas pela dimensão globalizante do ensino neste ciclo.

(g) Cada escola gere, no âmbito da sua autonomia, os tempos constantes da matriz, para que o total da componente letiva incorpore o tempo inerente ao intervalo entre as atividades letivas com exceção do período de almoço.

(h) Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa.

Ensino Básico Geral 2.º Ciclo
--

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada.

Componentes de currículo (b)	Carga horária semanal (a) (minutos)		
	5.º ano	6.º ano	Total de ciclo
Áreas disciplinares/ Disciplinas:			
Línguas e Estudos Sociais	525	525	1050
Português	200	200	
Inglês	150	150	
História e Geografia de Portugal	150	150	
Cidadania e Desenvolvimento (g)	25	25	50
Matemática e Ciências	350	350	700
Matemática	250	250	
Ciências Naturais	100	100	
Educação Artística e Tecnológica	325	325	650
Educação Visual	100	100	
Educação Tecnológica	100	100	
Educação Musical	100	100	
Tecnologias de Informação e Comunicação (g)	25	25	50
Educação Física	150	150	300
Educação Moral e Religiosa (c)	50	50	100
Total	1400	1400	2795
Oferta Complementar – FORMAÇÃO CÍVICA	50	50	100
Laboratório (e)	50	50	100

-
- a. A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
 - b. A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.
 - c. Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.
 - d. Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, através da utilização do conjunto de horas de crédito. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).
 - e. Componente de apoio às aprendizagens cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência.
 - f. Componente que possibilita a frequência de outros domínios da área artística, ao longo do ciclo, cuja oferta é objeto de decisão da escola, bem como a sua organização, o tempo que lhe é destinado e as regras de frequência, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis, através da utilização do conjunto de horas de crédito.
 - g. Organização semestral.

Ensino Básico Geral 3.º Ciclo
--

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada. Carga horária semanal (a) (minutos)

Componentes de currículo (b)	Carga horária semanal (a) (minutos)			
	7.º ano	8.º ano	9.º ano	Total de ciclo
Áreas disciplinares/Disciplinas:				
Português	200	200	200	600
Línguas Estrangeiras:.....	250	250	250	750
Inglês	100	150	150	400
Francês	150	100	100	350
Ciências Sociais e Humanas:.....	275	225	225	725
História (g)	100+25*	100	100	325
Geografia (g)	100+25*	100	100	325
Cidadania e Desenvolvimento (g)	25*	25	25	75
Matemática	200	200	200	600
Ciências Físico-Naturais:.....	250	300	300	850
Ciências Naturais (g)	100+25*	150	150	425
Físico-Química (g)	100 +25*	150	150	425
Educação Artística e Tecnológica:	175	175	175	525
Educação Visual	100	100	100	300
Complemento à Educação Artística (Ensino da Música (c))	50	50	50	150
Tecnologias de Informação e Comunicação (g)	25*	25	25	75
Educação Física	150	150	150	450

Educação Moral e Religiosa (d).....	50	50	50	150
Total	1550	1550	1550	4650
Oferta Complementar – FORMAÇÃO CÍVICA (f)	50	50	50	150

- a. A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de currículo.
- b. A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral ou semestral, ou outra, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.
- c. Oferta de Educação Tecnológica e ou de outra na área artística, privilegiando, para o efeito, os recursos humanos disponíveis.
- d. Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos.
- e. Componente destinada à criação de nova(s) disciplina(s) para enriquecimento do currículo, com recurso ao conjunto de horas de crédito. A(s) nova(s) disciplina(s).
- f. criada(s) pela escola no tempo destinado à Oferta Complementar, apresenta(m) identidade e documentos curriculares próprios. Disciplina(s) de oferta facultativa, mas de frequência obrigatória quando exista(m).
- g. Disciplinas organizadas quinzenalmente (50 minutos).

Cursos Científico-Humanísticos | Ensino Secundário

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada.

Componentes de formação (b)	Carga horária semanal (a) (minutos)			
	10.º ano	11.º ano	12.º ano	
Geral:				
Português	200	200	250	
Língua Estrangeira I, II ou III (c).....	150	150	-	
Filosofia	150	150	-	
Educação Física	150	150	150	
Específica:	Cidadania e Desenvolvimento (k)			
Trienal		250	250	350
Opções (d):				
Bienal 1.....		300	300(350)	
Bienal 2.....		300	300(350)	
Opções (e):				
Anual 1				
Opções (f):			150	
Anual 2 (g).....			150	
Educação Moral e Religiosa (h).....	50	50	50	
Inglês facultativo	150(l)	150(l)		
Total (i) (j)	1500 (1550)	1500 (1550) a 1600(1650)	1035	

-
- a. A carga horária semanal indicada constitui uma referência para cada componente de formação.
 - b. A organização do funcionamento das disciplinas pode ocorrer de um modo trimestral, semestral, ou outro, de acordo com a alínea e) do n.º 2 do artigo 19.º.
 - c. O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário. No caso de o aluno iniciar uma língua, tomando em conta as disponibilidades da escola, poderá cumulativamente dar continuidade à Língua Estrangeira I como disciplina facultativa, com aceitação expressa do acréscimo de carga horária.
 - d. O aluno escolhe duas disciplinas bienais.
 - e. e (f) O aluno escolhe duas disciplinas anuais, sendo uma delas obrigatoriamente do conjunto de opções da alínea (e).
 - g. Oferta dependente do projeto educativo da escola – conjunto de disciplinas comum a todos os cursos.
 - h. Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com um tempo letivo, nunca inferior a 45 minutos, a organizar na unidade definida pela escola.
 - i. Em função das opções dos diversos cursos científico-humanísticos.
 - j. Do somatório das cargas horárias alocadas a cada disciplina resulta um tempo total inferior ao Total constante na matriz, ficando ao critério da escola a gestão do tempo sobranete.
 - k. Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação.
 - l. Alunos dos cursos científico-humanísticos de ciências e tecnologias e de ciências socioeconómicas.
 - m. Apoio ao estudo referente ao tempo sobranete da matriz que será lecionado no decorrer dos 2.º e 3.º períodos.

Cursos Profissionais | Ensino Secundário

Tomando por referência a matriz curricular-base e as opções relativas à autonomia e flexibilidade curricular, as escolas organizam o trabalho de integração e articulação curricular com vista ao desenvolvimento do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória. As escolas organizam os tempos letivos na unidade que considerem mais adequada.

Componentes de formação		Carga horária Ciclo de formação (horas) (a)
Sociocultural:		
Português	Cidadania e Desenvolvimento (f)	320
Língua Estrangeira I, II ou III (b).....		220
Área de Integração		220
Tecnologias de Informação e Comunicação/Oferta de Escola (c)		100
Educação Física		140
Subtotal		1000
Científica:		
Duas a três disciplinas (d).....	500	
Tecnológica:		
UFCD (e).....	1000 a 1300	
Formação em contexto de trabalho	600 a 840	
Educação Moral e Religiosa (g).....	(g)	
Total (h)	3100 a 3440	

b. Carga horária não compartimentada pelos três anos do ciclo de formação a gerir pela escola, no âmbito da sua autonomia pedagógica, acautelando o equilíbrio da carga anual de forma a otimizar a gestão modular, a formação em contexto de trabalho e o seu projeto de flexibilidade.

c. O aluno escolhe uma língua estrangeira. Se tiver estudado apenas uma língua estrangeira no ensino básico, iniciará obrigatoriamente uma segunda língua no ensino secundário.

d. A escola opta pelo desenvolvimento da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação ou por uma Oferta de Escola, de frequência obrigatória, gerindo a carga horária em função da necessidade de reforço das aprendizagens.

e. Disciplinas científicas de base a fixar nos referenciais de formação do CNQ, em função das qualificações profissionais a adquirir.

-
- f. Unidade de Formação de Curta Duração desenvolvida de acordo com os respetivos referenciais de formação constantes do CNQ, observando as orientações da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., designadamente nos cursos enquadrados em regime provisório no CNQ, para os quais se mantêm as três a quatro disciplinas definidas nos planos de estudo publicados nas portarias de criação de cada curso, devendo ser aplicados os respetivos programas em vigor.
 - g. Componente desenvolvida com o contributo de disciplinas e componentes de formação.
 - h. Disciplina de oferta obrigatória e de frequência facultativa, com uma carga horária anual nunca inferior a 81 horas nos três anos do ciclo de formação.
 - i. A carga horária total da formação varia entre um mínimo de 3100 horas e um máximo de 3440 horas. De modo a não ultrapassar a carga horária máxima do total da formação, deve ajustar-se a carga horária da formação em contexto de trabalho em função da carga horária das UFCD da componente

Aprovado pelo Conselho Pedagógico em 19/10/2022

A Diretora do Agrupamento de Escolas D. António Taipa

(Amância da Conceição Nogueira dos Santos)

8. BIBLIOGRAFIA

- Livro Branco, (1995). Ensinar e Aprender em Direção a uma Sociedade do Conhecimento. ED. DG XXII e DG V da Comissão Europeia.
- Vasconcelos, F. N. (1999). Projeto Educativo-Teoria e Práticas nas Escolas. Lisboa: Texto Editora
- Capucha, L. M. A. (2008). Planeamento e Avaliação de Projetos - Guião Prático. Lisboa: DGIDC Ministério da Educação.
- Relatório da Comissão de Avaliação Interna Agrupamento de Escolas D. António Taipa
- Relatório da Avaliação Externa (IGE) do Agrupamento de Escolas D. António Taipa
- Regulamento Interno do Agrupamento de Escolas D. António Taipa.
- Carta Educativa do concelho de Paços de Ferreira (2015).

Elaborado pelo Conselho Pedagógico e aprovado em 19 de Outubro de 2022.

A Presidente do Conselho Pedagógico

(Amância Santos)

Aprovado pelo Conselho Geral em: 24 de Novembro de 2022.

A Presidente do Conselho Geral

(Maria de Fátima Marques Nunes)

Fim